

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

MARINA OLINDA CALORI DE LION

**PROJETO POLÍTICO E REPRESENTAÇÃO: A DUALIDADE DO
LIBERALISMO DA UDN (1945-1950)**

Marília

2023

MARINA OLINDA CALORI DE LION

**PROJETO POLÍTICO E REPRESENTAÇÃO: A DUALIDADE DO
LIBERALISMO DA UDN (1945-1950)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Políticas e Econômicas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito para do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Anderson Deo.

Marília

2023

L763p Lion, Marina Olinda Calori de
 PROJETO POLÍTICO E REPRESENTAÇÃO : A
 DUALIDADE DO LIBERALISMO DA UDN (1945-1950) /
 Marina Olinda Calori de Lion. -- Marília, 2023
 72 p.

 Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Ciências
 Sociais) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade
 de Filosofia e Ciências, Marília
 Orientador: Anderson Deo

 1. Ciências Sociais. 2. Ciência Política. 3. Partidos políticos.
 4. Liberalismo. 5. Autocracia burguesa. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

MARINA OLINDA CALORI DE LION

**PROJETO POLÍTICO E REPRESENTAÇÃO: A DUALIDADE DO
LIBERALISMO DA UDN (1945-1950)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Políticas e Econômicas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito para do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Banca Examinadora

Professor Doutor Anderson Deo (Orientador)

Faculdade de Filosofia e Ciências - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Professor Doutor Marcos Tadeu Del Roio

Faculdade de Filosofia e Ciências - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Professor Doutor Leandro Galastri

Faculdade de Filosofia e Ciências - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Marília, 3 de fevereiro de 2023.

*À minha mãe, Zelinda, que
um dia me disse que meus estudos
ninguém nunca tiraria de mim.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao corpo docente e aos funcionários da FFC/Unesp por todo o suporte intelectual e prático ao longo destes cinco anos de curso, que além de me proporcionar conhecimento ajudou a me desenvolver como ser humano e amadurecer, considero que estas mudanças propiciaram uma nova fase da minha vida e me fizeram compreender, ao menos um pouco, meu lugar no mundo.

Agradeço a Leonardo Febras pela amizade sincera e profunda que construímos durante o curso, mesmo com a pandemia nos separando, mantemos nossos laços fortes e consolidados, obrigada por você fazer parte da minha trajetória e estar sempre comigo. Agradeço profundamente Gabriel Henrique Oliveira Lopes por todas as conversas e por sua amizade, um laço que formamos desde os primeiros dias da faculdade, agradeço também a minha querida amiga Raiane Priscila de Almeida pelos longos 12 anos de amizade e por ter me recebido em Marília, vocês estão no meu coração.

À Izabela Vaz Teixeira e Caio Tito pela amizade divertida e os momentos descontraídos juntos, dentro e fora da sala de aula, agradeço também meu amigo Eder Renato de Oliveira por ter me ajudado no primeiro ano em Marília e pelas dicas de estudos ao longo da faculdade, meu cunhado, Yury Lugo, e a minha sobrinha Manuela de Lion pelas palavras de afeto e carinho nesse período.

Meus agradecimentos especiais ao meu irmão, Antonio Ricardo Calori de Lion, que sempre foi uma inspiração para mim, quem eu admiro e respeito muito, sempre esteve comigo nos mais diversos momentos e nunca me soltou, me incentivou de diferentes maneiras mesmo no momento mais difícil que passamos nestes últimos três anos, sobrevivemos e somos mais fortes hoje. Minha irmã Cláudia Maria de Lion, por ter me ajudado com o vestibular e me apoiado na faculdade. Ao meu namorado Adriel Fernandes do Amaral, quero enfatizar que agradeço por tudo, e que é difícil encontrar palavras para descrever o que sinto quando escrevo sobre nosso companheirismo, você esteve comigo quando mais precisei e nunca me deixou, entendeu e soube lidar com minhas mudanças de humor e nossa distância por cinco anos sem se deixar abalar, a você muito mais que agradecimentos, a você todo o meu amor.

Aos meus colegas do grupo de estudos CPEA e a Prof^a. Dr^a Silvia Aparecida Fernandes coordenadora do projeto “Núcleo de Ensino” do qual que fiz parte durante o ano de 2022 e foi essencial na minha formação.

Por fim e também importante, agradeço meu orientador Prof. Dr. Anderson Deo que foi fundamental na minha trajetória acadêmica, sou grata por toda a paciência, gentileza e incentivo bem como por aceitar me orientar, muito obrigada de coração, você faz parte deste processo. Ao Prof. Dr. Marcos Del Roio não só por aceitar fazer parte da banca como também por me indicar leituras que foram importantes na elaboração desta monografia e ao Prof. Dr. Leandro Galastri pela grande satisfação de tê-lo como um avaliador deste trabalho

RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto de análise o papel político da extinta União Democrática Nacional (UDN), enquanto partido representante da burguesia no Brasil, a partir da leitura teórica sobre as possíveis frações/divisões constitutivas desta classe e suas formas de representação política. A UDN teve importante atuação na história política brasileira no período pré-1964. Teve sua formação articulada ainda no período do Estado Novo, fundada oficialmente em 1945 e extinguindo-se nos anos 1960. A hipótese que movimenta a pesquisa pode ser assim enunciada: enquanto o partido representa frações da burguesia brasileira, explicita-se em sua proposição política uma espécie de “dualidade liberal”, que articula traços político-ideológicos conservadores, enquanto reivindicam um projeto modernizador para o país. Para tanto, a investigação se fundamenta em pesquisa de revisão bibliográfica, de fontes primárias e secundárias, orientada por uma perspectiva metodológica qualitativa que propõe a compreensão do objeto dialeticamente. Objetiva-se compreender os vínculos que este partido estabeleceu com os projetos de nação em disputa no Brasil no contexto da Guerra Fria, especificamente no período de 1945 a 1950, bem como, a forma como o liberalismo foi absorvido e reproduzido em suas dimensões sociais e políticas, naquele contexto histórico.

Palavras-chave: UDN, Estado Novo, dualidade liberal, autocracia burguesa.

ABSTRACT

The present research has as object of analysis the political role of the extinct União Democrática Nacional (UDN) as the representative party of the bourgeoisie in Brazil, through a theoretical reading on the possible constituting fractions/divisions of this class and its forms of political representation. The UDN played an important role in Brazilian political history in the pre-1964 period. Its creation was articulated during the Estado Novo era, being officially founded in 1945 and extinguished in the 1960s. The hypothesis that guides the research may be stated as follows: as far as the party represents fractions of the Brazilian bourgeoisie, it is explicit in its political preposition a kind of “liberal duality”, which articulates conservative political-ideological traits, whilst claiming a modernizing project for the country. Therefore, the investigation is based on a bibliographical review research, from primary and secondary sources, oriented by a qualitative methodological perspective that aims to comprehend the object dialectically. The purpose is to understand the bonds that this party established with the nation projects in dispute in Brazil in the Cold War context, specifically during the period from 1945 to 1950, as well as the way in which liberalism was absorbed and reproduced in its social and political dimensions, in that historical context.

Keywords: UDN, Estado Novo, liberal duality, bourgeois butocracy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – AS ORIGENS DA UDN	14
1.1- Antecedentes históricos da UDN: origens social e política.	14
1.2– A tradição liberal brasileira	16
1.3– A institucionalização da UDN no fim do Estado Novo	28
1.4- O cenário político pós-Estado Novo	31
CAPÍTULO 2 - O PROJETO POLÍTICO UDENISTA	33
2.1– Breve contexto histórico político da Guerra Fria	33
2.2- O governo de Eurico Gaspar Dutra	38
2.3 - O Projeto Político da UDN	41
2.4- Carlos Lacerda e o golpismo	44
2.5- As relações da UDN com o militarismo	50
CAPITULO 3 – A UDN E OS UDENISTAS	55
3.1-O Manifesto e os Mineiros	55
3.2 – Disputas internas: diferentes protagonistas de um mesmo partido	57
3.3- A crise de 1954 e a morte de Getúlio Vargas	60
3.4 – A UDN: uma questão de classe	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	70

INTRODUÇÃO

Esta proposta de pesquisa surgiu ainda na graduação, durante os estudos da disciplina de Introdução a Ciência Política, no primeiro ano do curso de Ciências Sociais. Ao longo do tempo houve um maior aprofundamento enquanto pudemos construir um projeto de iniciação científica e desenvolvê-lo como este trabalho de conclusão de curso. Esta justificativa se faz em parte, outro ponto foi o interesse desta que escreve de entender como o liberalismo foi absorvido e reproduzido na processualidade histórica brasileira e do porquê essa ideologia, que a princípio tinha um caráter emancipador, no Brasil, torna-se algo conservador e convive pacificamente com o golpismo reproduzido com afincos pelo então partido escolhido para esta investigação, a UDN. Esse interesse nos leva a outro ponto: a investigação, a pesquisa, o compromisso com as fontes e documentos, a metodologia e método e a escrita de um trabalho ao nível acadêmico e científico. Ressaltamos, ainda, que não somos neutros, deixamos bem claro nossa posição política e aqui, fazemos uma crítica com base na dialética materialista ao objeto de estudo, nos afastando do senso comum.

Levantar os aspectos políticos ideológicos que guiaram a União Democrática Nacional é um desafio e tanto, a bibliografia é relativamente escassa em comparação com outras pesquisas sobre os partidos políticos que surgiram ou aqueles que saíram da ilegalidade com o fim do Estado Novo e que ainda assim são poucas, no geral partidos políticos precisam de uma maior atenção das pesquisas em história política, esse é um ponto que faz desta pesquisa algo necessário.

Aqui, procuramos analisar o papel político da extinta UDN enquanto partido representante da burguesia no Brasil; a partir da leitura teórica sobre as possíveis frações constitutivas desta classe, objetivou-se compreender os vínculos que esse partido estabeleceu com os projetos de nação em disputa no contexto da Guerra Fria, especificamente no período de 1946 a 1950. O arco temporal desta pesquisa se dá a partir da redemocratização pós-Estado Novo, a datar das eleições gerais de 1946, período em que a “[...] UDN surgiu como uma *frente*, organizou-se como um *partido* e identificou-se, também, como um *movimento* (o udenismo) [...]” (BENEVIDES, 1981, p. 12, grifos da autora) e se estende até o retorno de Getúlio Vargas como presidente do Brasil por eleições diretas. A década de 1950 traz novos conflitos para a UDN que foram tratados

aqui com uma menor profundidade, somente com o intuito de pincelar certos acontecimentos em que o partido esteve envolvido direta ou indiretamente.

Procuramos, assim, demonstrar como o surgimento da UDN está diretamente ligado a projetos de nação propostos pela classe social que o partido representava, a burguesia, bem como, seu conteúdo político e econômico e sua representação social.

A partir desta perspectiva, no capítulo I procuramos abordar sobre o que seria uma “tradição liberal brasileira”, partindo do pressuposto de que a UDN se intitulava um partido liberal, tentamos trabalhar as perspectivas sobre o liberalismo dos grupos sociais que comporiam o partido em 1945, como as burguesias rurais e a nascente burguesia urbana. Tratamos sobre como o liberalismo ganha uma forma particular no Brasil, se torna eclético e ambíguo, perde a sua essência inicial de algo revolucionário e emancipador como foi na Europa do século XVIII.

Também foi abordado sobre a institucionalização da UDN e sua fundação em abril de 1945, já no período em que o Estado Novo entrou em declínio, assim como o cenário político do então chamado período da “redemocratização”. Neste primeiro capítulo, nos apoiamos nas análises e reflexões de Antonio Carlos Mazzeo¹, Marisa Midore Deaecto² e Roberto Schwarz³, que trazem análises, principalmente, sobre a formação do Brasil enquanto nação e as formas de reprodução dos ideais liberais europeus no Brasil.

Ainda sobre a análise crítica do momento histórico que foi explanado, o livro de René Dreifuss 1964: A conquista do Estado (1981) serviu como referência para situar o cenário histórico-político do Brasil no pré-1964, uma vez que a sua discussão central trata tanto do papel que faziam quanto das formas que forças sociais agiam para fazer valer seus interesses político-econômicos.

No capítulo II procuramos aprofundar a discussão sobre o contexto histórico e político da Guerra Fria e os diferentes projetos políticos que estavam em disputa no período recortado 1945-1950, a disputa geopolítica entre União Soviética e Estados Unidos, e como influenciou a política interna brasileira e a América Latina. Partindo

¹ Antonio Carlos Mazzeo é pós-doutor em filosofia Política pela Università Degli Studi Roma-Tre e livre docência em Ciência Política pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Seus estudos são apoiados nas concepções de Caio Prado Junior, considerado um dos maiores historiadores marxista do Brasil.

² Marisa Midore Deaecto é historiadora, mestre e doutora pela USP em História Econômica e doutora Honoris Causa da Universidade Eszterházy Károly, Eger, Hungria. Dedicar-se a estudos da história do livro e da leitura.

³ Roberto Schwarz é crítico literário e professor de Teoria Literária brasileira, é um dos principais continuadores do trabalho crítico de Antonio Candido, seus estudos sobre a obra de Machado de Assis são tidos como os mais relevantes sobre o autor.

disso, buscamos identificar qual o projeto de nação que a UDN propunha para o Brasil, com um discurso de modernizar o país, a UDN se alinhava ao capital internacional e seguia uma linha mais privatista e entreguista, também tinha uma forte influência no setor agrário e nas classes médias urbanas, se mantinha afastada da classe trabalhadora e tinha pouco apoio popular.

A bibliografia levantada para a construção deste segundo capítulo foram basicamente fontes e documentos, abordando especificamente sobre a UDN, como as produções de Isabel Picaluga⁴, Maria Victória Benevides⁵, Otávio Dulci⁶ e Marina Gusmão de Mendonça⁷. A fim de contextualizar sobre o período histórico em que se inicia a Guerra Fria, nos apoiamos no livro “Era dos Extremos” do historiador britânico Eric Hobsbawm, fizemos uma breve explanação sobre o conflito entre as duas potências para trazer uma análise da totalidade dos acontecimentos em que o objeto estudado estava inserido.

No capítulo III buscamos indicar as representações do partido, quem os udenistas representavam de fato em 1945-1950, partimos do pressuposto inicial, de que a UDN foi um partido da ordem e representava a burguesia interna, coube neste terceiro capítulo identificar quais frações da burguesia se vinculavam ao partido e seus interesses de classe e o que isso significou em relação ao projeto político-econômico que o partido propôs para o país.

Ao longo de toda a exposição, o leitor notará que utilizamos duas etapas para a construção deste trabalho, primeiro, trata das técnicas de pesquisa e, a segunda, dos aspectos teórico-metodológicos. Nosso trabalho se fundamentou numa abordagem de caráter qualitativo cuja construção metodológica foi realizada por revisão bibliográfica de caráter histórico-político, mas também sociológico, uma vez que dialogou com a teoria das classes sociais e suas formas de representação.

A revisão bibliográfica caracteriza-se pelo levantamento, análise e descrição de um conhecimento já produzido sobre a temática e o objeto de estudo “[...] com o objetivo de elaborar a contextualização da pesquisa e seu embasamento teórico [...] buscando identificar o ‘estado da arte’ ou o alcance dessas fontes” (PRADOV; FREITAS, 2013, p. 131). Os documentos levantados através da revisão bibliográfica foram organizados por

⁴ Partidos Políticos e Classes Sociais: A UDN na Guanabara.

⁵ A UDN e o Udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro.

⁶ A UDN e o Antipopulismo no Brasil.

⁷ O demolidor de presidentes: A trajetória política de Carlos Lacerda: 1930-1968.

grau de importância para o trabalho, permitindo assim, a descrição e problematização do objeto a ser investigado. Desta forma, as obras levantadas foram escolhidas por conter uma amplitude de informações acerca do objeto desta proposta de pesquisa, bem como as análises mais alicerçadas na historiografia acerca da UDN e seus agentes políticos.

Em relação aos aspectos teórico-metodológicos, este trabalho dedicou-se a desenvolver um estudo com base em uma análise crítica fundamentada pelo método dialético, como dito inicialmente. Assim exposto, passaremos a uma breve explanação de forma sintetizada do que se trata o método de análise dialética.

O método marxista parte da totalidade do objeto estudado, a dialética pressupõe o movimento do objeto a partir do todo social, político, econômico, histórico, isto significa, é necessário olhar para o objeto a partir de diferentes prismas. O método marxista pressupõe as contradições do objeto partindo do ponto de vista visto do movimento, o objeto não é estático, ele se move e este movimento gera as contradições que procuramos entender. Assim, o método é a relação que permite o entendimento do movimento de um objeto. Não se trata de um conjunto de regras formais, mas sim de uma relação que permite ao pesquisador assimilar as determinações constitutivas da dinâmica do objeto de investigação.

Esperamos que este trabalho possa contribuir, ao menos um pouco, para um melhor entendimento sobre a participação da UDN no cenário político e histórico brasileiro do pós-Estado Novo.

CAPÍTULO 1 – AS ORIGENS DA UDN

1.1 - Antecedentes históricos da UDN: origens social e política.

Para apresentar uma breve perspectiva do capítulo, a seguir trataremos sobre alguns dos diferentes e principais grupos políticos que se reuniram para formar a União Democrática Nacional (UDN), tentando localizar, na medida do possível, seus antecedentes políticos e sociais, bem como suas lideranças. Achamos importante manter o foco na burguesia agrária deposta pela "Revolução de 1930", tendo em vista os diferentes grupos que criariam a UDN em 1945, como os antigos aliados de Vargas, membros da Aliança Liberal⁸ que romperam definitivamente com o Estado Novo em 1932 na chamada Revolução Constitucionalista, grupos liberais com fortes laços regionais, como é o caso daqueles que organizaram o Manifesto dos Mineiros⁹, também membros dos grupos políticos dominantes localizados nos Estados.

As tensões provocadas pela entrada do Brasil na II Guerra Mundial ao lado dos aliados, e o já citado Manifesto dos Mineiros iniciaram uma grande pressão social por parte da pequena burguesia contra a continuidade do regime estado-novista, isso ainda no ano de 1943. Essa pressão social fez com que o governo Vargas, no ano de 1945, editasse pontos da Constituição que tratavam de eleições, indicando uma abertura democrática e uma possível nova constituição, e é nessa conjuntura que a UDN começa a ser articulada. Os diferentes grupos que compunham o partido representavam os interesses tanto regionais quanto pessoais das lideranças da UDN (DELGADO, 2006).

Para compreendermos esse processo, será preciso uma breve análise remetendo ao período da Primeira República, também denominado como “República Velha” (1889-1930). Nesse período, o domínio da política era concentrado, hegemonicamente, pelos grandes proprietários de terras, fato que já vinha gerando insatisfações de algumas forças sociais que almejavam uma mudança no velho cenário institucional do país. Essas

⁸ Aliança Liberal foi uma articulação política que surgiu na década de 1920, liderada por figuras políticas de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, com o intuito de apoiar a candidatura de Getúlio Vargas em oposição a República Velha (DULCI, 1986).

⁹ O Manifesto dos Mineiros foi uma carta aberta publicada ainda no ano de 1943, no aniversário dos acontecimentos de 1930. Foi escrita e assinada por importantes intelectuais ideologicamente liberais do estado de Minas Gerais, entre os 92 signatários estavam nomes como Afonso Arinos de Melo Franco, Pedro Aleixo, Odilon Braga, entre outros. A carta defendia, em linhas gerais, o fim do Estado Novo e advogava em favor do retorno às eleições. (BENEVIDES, 1981).

insatisfações se intensificaram na década de 1920, período em que surgiram alguns partidos que questionavam essa hegemonia, tal como o PDN (Partido Democrático Nacional), formado por frações da burguesia agrária dissidentes que antes estavam organizados no Partido Democrático de São Paulo e por membros de grupos regionais, como a Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul. O PDN teve importante atuação no período que precedeu o Estado Novo, muito motivado pelas mudanças sociais e econômicas que fenômenos como a urbanização causaram na sociedade brasileira (GRANATO, 2020).

Antes da chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930 e do início do Estado Novo, esses grupos já se organizavam de forma política, mesmo que não de forma institucional/partidária. Geralmente, a historiografia hegemônica tende a narrar de forma etapista os períodos de efervescência e agitação política do Brasil. Uma abordagem de corte positivista resume esse período chamado de “República Velha”, que ficou conhecido como “política do café com leite”, quase que de forma descritiva. Se analisarmos de maneira crítica, a República Velha marca a articulação social e histórica desses grupos que desencadearia na fundação da UDN no fim do Estado Novo.

O golpe liderado por Getúlio Vargas em 1930 marcou o fim da hegemonia da burguesia agrária que dominava o cenário na época, e procurou agregar as novas classes que surgiram, como o operariado urbano, e determinadas camadas da nascente burguesia urbana, mas isso não quer dizer que os representantes do antigo governo ficaram de fora do regime que se iniciava “[...] pois a estrutura agrária não foi modificada, logo as bases sociais do coronelismo foram mantidas, bem como a hegemonia do voto rural [...]” (GRANATO, 2020, p.141). Entretanto, mesmo alguns desses grupos sendo incorporados pelo Estado Novo, não tardou o rompimento de setores que também fariam parte da UDN.

A UNE (União Nacional dos Estudantes) liderava as manifestações estudantis que ocorriam já no final do Estado Novo, mas não só, também acontecia o surgimento de associações civis que na maioria das vezes eram criadas por setores liberais-conservadores, como, por exemplo, a Liga da Defesa Nacional, que reunia tanto militares quanto civis, a presença de intelectuais “engajados”, bacharéis e todos os outros grupos que comporiam a UDN tinham sua origem em setores, em linhas gerais, “não populares” e o próprio partido frisava que o seu início se deu com “um movimento da sociedade civil das camadas médias para cima” (BENEVIDES, 1981). Também e principalmente por isso se autodenominava o partido das classes médias. Esses grupos apoiaram e também

militaram na campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes¹⁰, e todas essas tensões políticas foram responsáveis, em menor ou maior intensidade, pela queda do Estado Novo e fundaram a UDN em 1945, desta vez como sigla partidária.

As divergências e os rompimentos que esses grupos teriam com o então presidente Getúlio Vargas seria o impulso inicial para a fundação da União Democrática Nacional.

1.2– A tradição liberal brasileira

Afinal, o que seria a “tradição liberal brasileira”? Como o liberalismo foi reproduzido no contexto histórico brasileiro? Tentaremos abordar na presente seção como os ideais liberais se desenvolveram na particularidade do Brasil, dado seu surgimento na Europa, a partir do século XVII, cuja proposta era de mudança no velho regime social e político. Tendo em vista que a UDN reivindicava ser um partido de orientação liberal, o objetivo neste item é trazer uma discussão com foco na particularidade brasileira.

A UDN se apresentava como a sucessora da “tradição liberal brasileira” como aponta Afonso Arinos (1974 apud BENEVIDES, 1981, p. 243)

A União Democrática Nacional é a legítima herdeira da tradição liberal da reforma dos costumes políticos e administrativos [...] Seus ideais mobilizadores, sua confiança no progresso democrático, sua preocupação com as liberdades individuais fazem dela o padrão do liberalismo burguês [...]

A imagem de sucessora, herdeira, continuadora do liberalismo brasileiro foi o que a sustentou durante toda a sua existência, apesar do sempre presente apelo golpista. Se dizia a representante das classes médias urbanas, buscava suas inspirações em figuras liberais brasileiras históricas, como Teófilo Otoni¹¹ e Rui Barbosa, e apesar da imagem cunhada por ela própria de partido modernizador, ainda conseguia se adentrar nas zonas rurais, regiões tidas sociologicamente como atrasadas (DELGADO, 2006).

A UDN obtinha parte considerável de seus votos em áreas rurais. Um estudo feito por Gláucio Soares¹² mostra que tanto o PSD (Partido Social Democrático) quanto a UDN

¹⁰ O Brigadeiro Eduardo Gomes seria o candidato à presidência da UDN nas eleições gerais de 1945.

¹¹ Jornalista e político, foi militante republicano durante o império. É dele o gesto de acenar com um lenço branco para o povo, que se tornou símbolo do liberalismo brasileiro (cf. DUARTE, 2002) e em 1945 foi reivindicado pela UDN na chamada “campanha do lenço branco”.

¹² Sociólogo e Cientista Político brasileiro, foi professor na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

possuíam uma expressiva votação nessas áreas em detrimento das zonas urbanas. Curiosamente, os votos na UDN também eram mais frequentes em estados com menor renda per capita e menor alfabetização, contudo, não era um partido de representação unicamente da burguesia agrária. Soares afirma que a UDN também representava boa parte da pequena burguesia urbana nas cidades, e essa dinâmica em relação à base social do partido sugere uma correlação negativa com a industrialização e modernização do país, já que predominava mais a base rural e agrária (DULCI, 1986). Esse fato deixa evidente a influência de frações da burguesia agrária no interior do partido. Existiam também algumas características centrais da política udenista que eram basicamente compostas por:

1. elitismo: a presciência das elites [...];
2. golpismo: ênfase na defesa da ordem e da democracia [...];
3. moralismo: UDN como “o chão limpo da nação” [...]
4. antipopulismo: UDN como veículo de moralização dos costumes políticos;
5. autoritarismo: A UDN privilegiava os meios e secundarizava os fins (DELGADO, 2006, p.41).

Com o intuito de fazer oposição ao Estado Novo e ao então presidente Getúlio Vargas, a UDN é fundada. Surge como um partido com posicionamento ambíguo que BENEVIDES (1981) identifica e conceitua como sendo a particularidade do liberalismo udenista, o qual transforma a UDN em um partido de diferentes vertentes político-ideológicas, característica que levaria, inclusive, a futuras cisões. Foi uma associação político-partidária heterogênea que abrigou em seus primeiros dias agrupamentos de diferentes ideários políticos, mas que tinham um único propósito:

O espírito de luta contra o Estado Novo e contra Getúlio Vargas, em suas várias encarnações, das mais idealistas às mais pragmáticas, formou, plasmou e reuniu os diversos grupos que se comporiam no partido da “eterna vigilância”. Foi, portanto, como um movimento- ampla frente de oposição, reunião de antigos partidos estaduais e aliança política entre novos parceiros- que surgiu a União Democrática Nacional [...]. (BENEVIDES, 1981, p. 23).

O partido foi fundado oficialmente em 7 de abril de 1945, data escolhida em referência ao 7 de abril de 1831¹³, cuja data é considerada um grande acontecimento para

¹³ A data marca o episódio histórico da “Abdicação de D. Pedro I” em favor de seu filho, D. Pedro de Alcântara. O que se sucedeu à renúncia ficou conhecido como Período Regencial (1831-1840) que na história política brasileira é marcado por revoltas regionais que eram “ameaças à unidade do Império e por

o liberalismo brasileiro, e que, talvez, não por coincidência, a escolha dessa data já trazia de forma subentendida a principal e determinante característica do liberalismo udenista: a ambiguidade, como aponta Maria Victória Benevides:

Neste caso preciso, a escolha da data talvez revele indesejáveis afinidades que pesariam, para o futuro partido, no fardo de uma herança cujas raízes remontam às ambiguidades da dicotomia liberalismo/conservadorismo, constantes na história política das elites brasileiras [...]. (BENEVIDES, 1981, p. 23-24).

A proposta de fazer oposição ao governo de Getúlio Vargas tem de início a justificativa de barrar um projeto continuísta do Estado Novo, da intervenção estatal na economia, principal aversão dos udenistas que viam Getúlio Vargas como sendo o próprio Estado -daí a oposição incansável a ele e o sentimento de “anti-varguismo”- apesar de não propor nenhum rompimento efetivo com a constituição de 1937, a retórica do partido era a de tornar o regime mais liberal, ou seja, romper com o “autoritarismo” do Estado Novo e abrir a economia.

A UDN propunha um projeto de modernizar o Brasil, mas essa modernização seria por meio do capital estrangeiro, o partido insistia nessa questão, de que era necessário um projeto avançado, moderno para o país, mas, ao mesmo tempo, tinha aquela já citada expressiva penetração nas zonas rurais, que de certa forma era símbolo do atraso. Partindo do pressuposto de que a UDN representava frações da burguesia cujo objetivo era associar-se ao capital estrangeiro, enquanto Getúlio Vargas representava uma burguesia mais protecionista que visava o fortalecimento do mercado interno e industrialização do Brasil, a conclusão prévia que chegamos é de que o partido fazia uma oposição de direita e conservadora ao Estado Novo.

Contextualizado de modo breve a formação e primeiras propostas da UDN, partiremos para uma problematização sobre como a herança liberal se desenvolveu de forma particular no Brasil.

Roberto Schwarz, teórico e crítico literário, apresenta uma leitura sobre o desenvolvimento do liberalismo no Brasil expressa no livro *“Ao vencedor as Batatas”*. No capítulo “As ideias fora do lugar”, Schwarz procura demonstrar como essas ideias ‘moldadas’ na Europa – o liberalismo – são assimiladas e reproduzidas na

importantes redefinições políticas e institucionais”. A imprensa teve papel fundamental, naquele momento, para a circulação de ideias entre os grupos políticos antagônicos, entre liberais moderados ou exaltados e os conservadores (SILVA; FELDMAN, 2010, p. 143).

processualidade histórica brasileira com um novo padrão, no qual elas se desconectam de um teor emancipador como nos casos clássicos europeus – onde se reproduziram originalmente – e se estruturam em um Estado com um núcleo autocrático da burguesia. Fala-se em liberdade e igualdade, por exemplo, mas a escravidão é mantida em uma legalidade jurídico-política. Nesse sentido, a burguesia se posicionaria, segundo o autor, de maneira ambígua e contrarrevolucionária, reproduzindo assim, um projeto político e ideológico de caráter autocrático (SCHWARZ, 2000).

Ainda de acordo com Roberto Schwarz, “[...] Era inevitável, por exemplo, a presença [...] do raciocínio econômico burguês[...]” (SCHWARZ, 2000, p. 13), ou seja, o liberalismo, necessário naquele período pelo fato do Brasil fazer parte do comércio internacional, e a singularidade que o liberalismo ganha na realidade histórica brasileira está, principalmente, ligada ao fato do Brasil ser um país agrário-exportador demarcado por latifúndios onde a produção fundava-se no trabalho escravo e era dependente do mercado internacional. Os ideais liberais, então, se chocam com a estrutura escravocrata do Brasil, mas em determinado momento acabam se adaptando a essa estrutura e até mesmo chegam a ignorá-la (SCHWARZ, 2000).

O século XIX foi um período de tensão dessa corrente do liberalismo de caráter democrático, o positivismo já apresentava ser uma forte tendência ideológica nessa época, mas se tornaria hegemônico somente no final do século XIX com o advento do golpe militar republicano de 1889. A partir da constituição de 1824, o liberalismo, ainda com um certo caráter revolucionário para a época, ganha maior expressão no período do Império, porém ele esbarra na realidade social brasileira que manteve o escravismo com suporte estatal e amparado pela legislação vigente, como já mencionado anteriormente.

Ao fim, isso criou a possibilidade de críticos de diferentes formações ideológicas indicarem que o Estado liberal burguês não era adequado a particularidade social do Brasil, como é possível constatar nas críticas de Roberto Schwarz, ao se referir como se expressavam sobre esse tema autores como Joaquim Nabuco e Machado de Assis, por exemplo. Diz Schwarz:

Cada um, a seu modo, estes autores refletem a disparidade entre a sociedade brasileira, escravista, e as ideias do liberalismo europeu. Envergonhando a uns, irritando a outros, que insistem na sua hipocrisia, estas ideias – em que gregos e troianos não reconhecem o Brasil- são referências para todos. Sumariamente está montada uma comédia ideológica, *diferente da europeia*. [...]. (SCHWARZ, 2000, p. 12, grifos do autor)

Assim, o ideal do liberalismo e Estado burguês não passavam de uma cópia de algo externo que não correspondia a realidade do país, esse cenário foi propício para a consolidação do liberalismo conservador. Esse liberalismo de caráter conservador, que não propunha nenhuma ruptura com a ordem ou mudança social efetiva, passa a ser então a expressão da classe dominante, que naquele momento eram frações da burguesia rural muito interessadas no federalismo na intenção de sobrepor os Estados sobre a federação, principalmente o estado de São Paulo, o qual concentrava a maior expressão da burguesia do país. Ou seja, no Brasil do final do século XIX disputavam espaço três principais vertentes: o liberalismo conservador representando as frações burguesas em crescimento e seus interesses de classe, o positivismo vinculado ao militarismo e o liberalismo democrático, ainda que muito tênue.

Além da crítica de Schwarz à assimilação do liberalismo no Brasil, pós-colonial e ainda escravocrata, o autor sustenta outra tese de igual importância para o entendimento da particularidade brasileira. Além da relação propriedade privada e escravismo, existia também uma grande massa de “homens livres” e pobres cuja dependência era basicamente do favor, o autor delinea então três classes que resultaram da colonização: o latifundiário, o escravo e o “homem livre”. A relação do homem livre com a classe dos proprietários naquele período foi a dinâmica por onde aconteceu a vida ideológica no Brasil, esses “homens livres” dependiam da classe dominante para o exercício de seus ofícios que iam desde profissões liberais como medicina, até atuações na política, indústria, comércio, etc. e, assim como esses profissionais e encarregados, dependiam do favor para exercer seu ofício, o pequeno proprietário também necessitava do favor para a segurança de sua propriedade (SCHWARZ, 2000).

Enquanto o escravismo tornava as ideias liberais europeias impróprias para o Brasil pós-colonial, o favor “[...] tão incompatível com elas quanto o primeiro, as absorve e desloca, originando um padrão particular [...]” (SHWARZ, 2000, p. 17). O favor neste contexto é tratado pelo autor como uma categoria “quase universal” das relações sociais do Brasil do século XIX. Presente em outras interpretações acerca da formação social brasileira, o favor aparece como uma forma de paternalismo ou relações familiares tão bem posicionado na sociedade da época que o liberalismo perde sua importância, ou melhor, é posto em segundo plano e o escravismo é ignorado. Portanto, conforme o autor, o favor somado a realidade escravista da época seria o suporte para que o liberalismo importado da Europa se desenvolva de forma singular na sociedade brasileira.

O liberalismo conservador pode ser entendido como a base político ideológica da classe dominante brasileira. O fio condutor de sua trajetória, entretanto, sofre desvios ao longo da história, onde ocasionalmente tende mais à direita e abraça um conteúdo autocrático e, algumas poucas vezes, se desvia para à esquerda, abraçando temas da democracia. Nestas ocasiões, o liberalismo geralmente tende a ser social-democrático e seus ideólogos demonstram uma tentativa de unir o liberalismo com a democracia. Para entendermos essa trajetória da classe dominante e do que é ou foi uma “tradição liberal” que se reproduziu no Brasil, procuraremos compreender o processo de formação do Estado-nação brasileiro, mesmo que em seus elementos políticos essenciais. Contudo, não pretendemos reproduzir o debate sobre o processo da independência, mas sim capturar ao nível subjetivo de nossa análise os elementos político-ideológicos constitutivos desse momento histórico, suas possíveis permanências e superações, de modo a balizar essa análise diacrônica da República Brasileira entre 1945 e 1950.

Segundo Mazzeo (2015), é possível destacar que a partir da colonização do Brasil se desenvolve uma forma autocrática de dominação política da qual a burguesia não se desvencilha, pelo contrário, a instrumentaliza como elemento político de um projeto de controle social, tornando-se, assim, determinante na formação histórico-política nacional. A conceitualização de Mazzeo (2015) sobre a colonização brasileira parte dos fundamentos teóricos do historiador Caio Prado Jr. Para este, a colonização brasileira teve caráter de empresa capitalista/mercantil e o Brasil, desde a sua gênese, reproduz esse elemento de particularidade. Antônio Carlos Mazzeo, então, procura elucidar as características – também particulares – presentes no Estado brasileiro que surge desse longo processo, cujo conceito o autor denomina de “via prussiano-colonial” (DEL ROIO, 1998). Segundo o próprio autor:

[...] O aspecto “prussiano” aparece, assim, no sentido de caracterização de um processo tardio de acumulação de capital, consagrado na análise leniniana *como uma forma de desenvolvimento burguês, que se enquadra nas grandes tendências gerais da análise da entificação do capitalismo*. [...] para melhor conceituar o processo brasileiro, a noção de “*via prussiano-colonial*” é a que mais expressa sua geneticidade, porque respeita a legalidade histórica de sua condição colonial e, ao mesmo tempo, considera a configuração tardia (ou “hipertardia”, como pontua Chasin) e agrária do processo de acumulação e posterior industrialização do Brasil. (MAZZEO, 2015, p. 105, grifos do autor)

A concepção de via prussiano-colonial parte do pressuposto de uma “nobreza aburguesada” portuguesa que desembarca no Brasil e mantém laços com grandes capitalistas mercantis de países como Holanda e Itália, por exemplo (MAZZEO, 2015). Este conceito, de via prussiano-colonial, tem por objetivo mostrar a particularidade da formação histórica do Estado nacional brasileiro que “[...] articula-se ontologicamente como uma particularidade capitalista, a partir de especificidades próprias à sua gênese colonial [...]” (MAZZEO, 2015, p. 81), cuja principal característica foi a acumulação que se iniciou pelo campo e que, pode-se dizer, utilizou como referência a turbulenta acumulação de capital da própria Europa. A partir desse processo histórico começa a se formar a sociedade brasileira que

[...] será pautada em um conservadorismo extremado, que se expressará tanto nas ideias das “classes dominantes” como em sua prática político-econômica. Essa tendência conservadora, que em muitos momentos configura-se como verdadeiramente reacionária- da burguesia agrário-mercantil brasileira, liga-se de maneira intrínseca à própria estrutura da forma de produção: rudimentar autocrática e, de certa forma, estagnante [...] (MAZZEO, 2015, p. 81).

O Brasil, em meados do século XVIII, era praticamente o principal componente da economia de Portugal, que nessa época ainda era um império colonial, mas que já demonstrava decadência com a crise desse sistema, além de ser subordinado aos interesses britânicos. Com a exploração do ouro surgem novas camadas da sociedade brasileira como a pequena burguesia, o desenvolvimento de zonas urbanas e o surgimento de cidades contribuiu para que essa nova configuração social acontecesse, mesmo que de forma tímida, ainda assim, será a burguesia agrária e latifundista, dependente do escravismo que se consolidará como poder hegemônico ainda durante o século XVII mesmo com a metrópole se apropriando de toda a produção da colônia.

As contradições de classe começam a se acentuar com o surgimento dessa camada média da sociedade, ou pequena burguesia. Frações desta classe social tinham interesses em fortalecer o mercado interno do Brasil e também de romper com a estrutura colonial instaurada desde o século XVI, mas não conseguiram ter maior expressão, sendo a burguesia agrária o agente da independência do país, sem participação do povo e sem romper com a estrutura colonial e escravista (MAZZEO, 2015).

Segundo o autor, a burguesia tolerou e tentou conciliar com a coroa portuguesa devido à abominação de formas democráticas de governo e a desconfiança no povo que,

naquele momento, era em sua maioria pessoas escravizadas, que poderiam colocar essa estrutura em perigo para a burguesia, mas essa conciliação não se mantém e resulta em um rompimento com a metrópole, representada pela figura de D. Pedro I, e o processo de independência no ano de 1822 (MAZZEO, 2015).

Sem uma efetiva participação popular e a ausência de uma revolução de caráter amplamente emancipatório – mesmo que em termos liberais – fizeram com que a burguesia agrária-mercantil nordesteasse o processo de independência do Brasil, com isso, o resultado foi a formação de um Estado institucionalmente constituído em função de seus interesses econômicos. Mazzeo chamará esse processo de “articulação pelo alto”. Esses acontecimentos, o rompimento com Portugal e a entronização de Dom Pedro I, sem o impacto de uma agitação ou pressão popular, deixam evidente uma uniformidade das frações da burguesia em relação a sua postura antipopular e contrarrevolucionária, e mostram que não existem divergências cruciais entre frações da classe dominante quando o assunto é prejudicar o povo (MAZZEO, 2015).

Os elementos ideológicos presentes na superestrutura de Portugal determinaram e influenciaram a formação político-ideológica do Brasil, mas não de maneira mecânica, as ideias de Portugal não foram importadas ou colonizaram a superestrutura do Brasil, quando se reproduziram aqui ganharam uma forma particular, e será essa forma que tentaremos explicar de maneira sucinta. Os reinos ibéricos, Portugal e Espanha, entraram em decadência no início do século XVII. Ao manterem em seu próprio território a comercialização de manufaturas de origem inglesa e francesa, Portugal estagnava sua própria produção, além disso, a burguesia portuguesa se subordinava a burguesia espanhola, processo que ficou conhecido como União Ibérica. Nessa situação, Portugal se torna basicamente um componente da economia da Espanha, mais tarde o reino português firmou um acordo com a Inglaterra, o chamado Tratado de Panos e Vinhos (ou Tratado de Methuen), onde o comércio têxtil e de vinhos luso ficou condicionado a dinâmica com os britânicos, essa situação consolidou a posição retrógrada e fraca de Portugal (MAZZEO, 2015).

O moderno e o atraso estiveram presentes na formação social de Portugal, representados pela coexistência de dois pensamentos: o pensamento burguês e o nobre-mercantil. Além desta característica, a conciliação também fez parte deste processo. Portugal procurou primeiro conciliar as coroas portuguesa e espanhola e mais tarde conciliou o mercantilismo com o processo manufatureiro da Inglaterra.

Neste contexto, o liberalismo reproduzido em Portugal era uma ideologia conservadora de proposta reformista e de manutenção do *status quo*, não uma ideologia de cunho revolucionário e emancipador, tal característica do liberalismo acabou reproduzido na colônia e ganhou um significado singular.

A subordinação da burguesia portuguesa à inglesa, como dito anteriormente, no âmbito do mercantilismo orientou a posição político-ideológica da primeira que irá fortalecer as obsoletas instituições absolutistas durante o século XVIII, nesse quadro também situa-se a absorção de um “[...] liberalismo ‘reformado’, adequado a conciliação e não para transformações revolucionárias [...]” (MAZZEO, 2015, p. 87, grifo do autor).

A burguesia brasileira ao herdar o liberalismo de natureza não revolucionária da metrópole nasce como uma panaceia de ideários, ela se faz eclética e esse ecletismo se torna uma política ideológica do conservadorismo burguês que conforme o autor concordando com Antonio Paim (1976):

[...] No Brasil, o ecletismo” terá sua própria feição específica e, como diz Paim “representa o primeiro movimento filosófico plenamente estruturado no Brasil. Suas ideias penetram fundo em amplos setores da elite nacional e chegaram a se transformar no suporte último da consciência conservadora em formação”. O pensamento eclético, como doutrina conciliatória e de crítica e negação do pensamento revolucionário do século XVIII, servia como uma luva ao “espírito” conservador das “elites” nacionais [...]. (MAZZEO, 2015, p. 90-91)

Ainda que a formação da burguesia brasileira seja tardia e deficitária, ela herda ideologias de cunho liberal-iluminista da metrópole, reproduzindo um conteúdo também particular, que se constituiu como mais um elemento da conceituação da via prussiano-colonial brasileira, mesmo que essa apropriação dos ideais liberais expressem um conteúdo histórico já decadente e tardio no desenvolvimento do capitalismo (MAZZEO, 2015).

Durante o processo de formação político-social, o Brasil reproduziu conceitos e ideais europeus que pareciam estar “fora do lugar” em relação ao seu uso na metrópole, havia uma estrutura social colonial atrasada, enquanto a superestrutura política tinha caráter liberal e propostas tidas como adiantadas e modernas (SCHWARZ, 2000). O Estado nacional surge, portanto, numa perspectiva de uma economia baseada em larga escala na escravidão. Assim sendo, cria-se um Estado com simulacro de liberalismo, porém um liberalismo inconcluso, nas palavras de Roberto Schwarz (2000, p. 26).

[...] as ideias liberais não se podiam praticar, sendo ao mesmo tempo indesejáveis. Foram postas numa constelação especial, uma constelação prática, a qual formou sistema e não deixaria de afetá-las. Por isso, pouco ajuda insistir na sua clara falsidade. Mais interessante é acompanhar-lhes o movimento, de que ela, a falsidade, é parte verdadeira. Vimos o Brasil, bastião da escravatura, envergonhado diante delas- as ideias mais adiantadas do planeta, ou quase, pois o socialismo já vinha à ordem do dia- e rancoroso, pois não serviam para nada. Mas eram adotadas também com orgulho, de forma ornamental, como prova da modernidade e distinção [...]

Estrutura-se um Estado com divisão dos poderes, mas com um núcleo autocrático institucional. Na vida política nacional, a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras eram escravos e escravas e a classe dos homens livres dependiam do favor da classe dos proprietários. Logo, não tinham espaço dentro da vida produtiva. Assim, o Brasil se torna um Estado nacional em 1822 com uma sociedade civil incompleta e com ideais liberais ambíguos e dicotômicos (SCHWARZ, 2000).

Ainda em meados do século XIX, período em que o liberalismo até então na Europa começa a tomar rumos distintos do que propunha na sua tese inicial, uma figura que ganha bastante notoriedade na sociedade brasileira é François Guizot, liberal conservador membro da aristocracia, foi ministro no reinado de Luís Felipe I, o rei burguês, e autor do livro “*A Democracia na França*”, que ganhou bastante repercussão no Brasil oitocentista. Antes mesmo de publicar o livro em brochura, Guizot disponibiliza o manuscrito entre seus amigos e também para a imprensa francesa da época em um gesto que tem, segundo a autora Marisa Midore Deaecto:

“[...]relação direta com as condições sociais e políticas de produção do livro. Para relembra-las, em poucas palavras: escrito no exílio, *De la Démocratie em France* era a um só tempo uma plataforma política para o partido orleanista, um apelo de união dos conservadores e a promessa de retorno à cena pública do ex-todo-poderoso-Ministro” (DEAECTO, 2021, p. 206).

O livro de Guizot é um escrito totalmente contrário ao que se entende por democracia. Abertamente antissocialista, o autor diz que o que levou a França ao caos, referindo-se principalmente ao sufrágio universal, foi o socialismo de Proudhon, dado que “[...] o ataque direto a Proudhon se justifica pelo fato de ser o socialismo o grande mal, senão, a origem de toda a desordem social que aplacava o povo francês [...]” (DEAECTO, 2021, p. 211). No livro, Guizot se refere a democracia como sendo a “trincheira de tudo o que há de ruim no mundo”. “*A Democracia na França*” teve uma

repercussão bem acentuada mesmo antes de ser editado. Como já mencionado, foi difundido pela imprensa francesa em uma “união de conservadores”. Os jornais que o publicaram se auto intitulavam ser “um grito contrarrevolucionário que defendiam uma bandeira da ordem social” e, não por acaso, esses jornais se apoiavam principalmente na polêmica contra os socialistas. Todas essas questões em torno da publicação do livro de Guizot na França no período da restauração vai muito além de um discurso, ele serviria de apoio a um projeto político conservador (DEAECTO, 2021).

O livro de Guizot rompe a barreira continental e passa a ser editado no Brasil, mas, antes de ser lançado como livro, por aqui seguiu-se o mesmo padrão que ocorrera na França. Alguns jornais de ampla circulação, como a *Gazeta do Rio de Janeiro*, já haviam publicado alguns excertos do exemplar. Era corriqueiro que os cidadãos brasileiros se informassem sobre o que ocorria na Europa, em especial na França daquela época. Todos esses eventos coincidiram com o período em que ocorreu a Revolução Praieira¹⁴, em Pernambuco. Logo, a edição de *Democratie* no Brasil guarda uma relação próxima com os eventos universais e também particulares, ou seja, as revoluções que eclodiram na Europa e as campanhas emancipacionistas no Brasil. As palavras de Guizot surgiram como uma ‘medida’ para esses eventos. Toda proposta construída em torno da recepção de “A Democracia na França” se volta contra a Revolução Praieira, havia um temor muito grande de que esse levante, que acontecia em uma província, expressasse a força do povo da mesma forma como se expressou em Paris em 1848, e com a Primavera dos Povos na Europa Central daquele período (DEAECTO, 2021).

François Guizot era contra tudo o que considerava ameaçar a família, bons costumes, a propriedade e, principalmente, a ordem, características rotineiras ainda hoje no liberalismo brasileiro. De forma sucinta, o livro de François Guizot se apresenta como uma solução às revoluções (DEAECTO, 2021), e influenciou o que por aqui entende-se por liberalismo e conservadorismo.

A UDN, como um partido representante da burguesia brasileira, pode ser analisado como uma agremiação política “continuadora” desse liberalismo ambíguo e eclético que se consolida na formação do Brasil. Uma “continuidade” que deve ser entendida em sua especificidade histórica, como uma forma de *aggiornamento*, o que

¹⁴A Revolução Praieira foi um levante que ocorreu na província de Pernambuco entre 1848-1849, cuja disputa política se deu entre conservadores e os chamados praieiros. Reivindicava-se, entre outras coisas, condições dignas de trabalho. De forma resumida, foi a última revolta popular que aconteceu durante o Brasil Império (CARVALHO, 2003).

implica em dizer que o programa político da UDN possui singularidades que refletem o contexto histórico nas quais as disputas políticas e econômicas estão inseridas e se reproduzem, portanto, não podem ser interpretadas como uma “continuidade idêntica” ao liberalismo dos primórdios do Estado brasileiro, interpretação essa que incorreria numa forma de anacronismo rasteiro, mas como uma “continuidade” que, essencialmente, expressa elementos próprios da forma como o liberalismo político foi historicamente absorvido e reproduzido na sociedade brasileira, tal como a ambiguidade que será a determinante característica do udenismo, o qual abrigou as mais diversas orientações político-ideológicas, desde liberais e autocratas, progressistas e conservadoras (BENEVIDES, 1981). Assim,

[...] O partido que vota a favor do monopólio estatal do petróleo (1953) e contra a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas (1947) é o mesmo que se opõe à intervenção do Estado na economia, denuncia a “infiltração comunista” na vida pública e contesta os resultados quando perde as eleições [...]. (BENEVIDES, 1981, p. 12)

Posto que a UDN foi um partido com as características singulares do liberalismo brasileiro, faz-se necessário reiterar como o liberalismo se desenvolveu nessa processualidade histórica, um ideal importado de difícil adequação na realidade da periferia do capitalismo, pois “[...] o que na Europa seria verdadeira façanha da crítica, entre nós podia ser a singela descrença de qualquer pachola, para quem utilitarismo, egoísmo, formalismo e o que for, são uma roupa entre outras, muito da época, mas desnecessariamente apertada [...]” (SCHWARZ, 2000, p. 27).

As ideias de um contemporâneo dizem muito sobre como o liberalismo foi assimilado e reproduzido no Brasil. Assim, fazemos referência a em um livro produzido, agora no Brasil do século XXI, por um liberal conservador cujo título não seria outro senão “Conservadorismo liberal: um retorno sobre os rumos do conservadorismo no Brasil”. Trata-se de um escrito não tão breve sobre o entendimento que o autor tem a respeito de como se deu a propagação do liberalismo no país. Nele, Olsen Henrique Bocchi apresenta quase que um dicionário sobre diversos autores liberais, desde John Locke a David Ricardo, passando por Edmund Burke e Friedrich August von Hayek. A proposta do autor é mostrar como o conservadorismo é um meio para aplicar o liberalismo na política e na economia. As orientações e críticas apresentadas são aquelas comumente expressas por agentes que se consideram liberais no Brasil, como, por exemplo:

diminuição da intervenção estatal em empresas, privatizações, reformas previdenciária, administrativa e trabalhista, discurso anticorrupção, etc. Conforme o autor, o conservadorismo como meio para difundir o liberalismo faria com que os cidadãos sentissem orgulho e amor à pátria, pois o Estado projetaria seus valores nos indivíduos, portanto, o conservadorismo seria

[...] *uma ciência moral por excelência*. Muitos qualificam como contraditória a possibilidade de uma ciência moral, mas o ser humano, em seu âmago, possui natureza conservadora, uma vez que sempre busca a sua autopreservação, sendo que ambos os conceitos (conservadorismo e autopreservação) são umbilicalmente atrelados [...] (BOCCHI, 2021, p. 55, grifos do autor).

Já o entendimento que o autor tem sobre o liberalismo é de que

[...] é simplesmente uma defesa do individualismo, que, quando respeitado, geram a divisão do trabalho, a cooperação social e a intensificação progressiva dos vínculos sociais. Por esta razão premente é que se identifica particularmente com o conservadorismo [...] (BOCCHI, 2021, p. 54).

Nesse livro, o autor esconde o caráter revolucionário do liberalismo clássico e enaltece os liberais conservadores para, nas palavras dele, concluir que “[...] ser conservador é reconhecer o passado para compreender o presente e, com base [...] de ambos, projetar o futuro [...]” (BOCCHI, 2021, p. 56). Como é possível notar através deste livro, o liberalismo toma rumos bem distintos no Brasil daqueles que foram propostos no seu berço, ou seja, a Europa. Eis a essência daquilo que Roberto Schwarz denominou “as ideias fora do lugar”.

1.3– A institucionalização da UDN no fim do Estado Novo

O ambiente político que vamos analisar agora tem como ponto de partida a fundação oficial da UDN e sua institucionalização enquanto partido organizado. Faremos uma breve discussão procurando ambientar o momento em que os grupos que antecedem a sua criação se reúnem para formalizar o partido, também procuraremos abordar sobre aquelas tidas como algumas características centrais da UDN, ou seja, golpismo, moralismo, autoritarismo, antipopulismo, etc. Sendo assim, passemos à explanação.

As tensões políticas que ocorreram no início de 1945 tiveram importante papel para o surgimento da UDN como um partido reconhecido e institucionalizado, os motivos que levaram as mais distintas vertentes políticas a se reunirem e fundarem o partido determinou toda a trajetória da UDN durante o período pós-Estado Novo até o golpe militar em 1964. Ainda durante o Estado Novo, mas mais próximo do seu fim, determinados grupos da sociedade civil já se articulavam para formar o partido, como é o caso dos mineiros do Manifesto dos Mineiros que representou, de certa forma, uma espécie de delineação da UDN, como este assunto já foi abordado no primeiro item deste capítulo, cabe aqui somente uma recapitulação breve a fim de localizarmos esses grupos da sociedade civil.

No primeiro semestre do ano de 1945 é estabelecido o Decreto-Lei 7.586/1945, conhecido popularmente como lei Agamenon,¹⁵ que restabelecia a Justiça Eleitoral em todo o país. Nesse cenário, em 7 de abril é criada oficialmente a UDN como proposta de uma frente ampla de oposição a Getúlio Vargas e com uma bandeira política de reconquista das liberdades democráticas, isso tudo em torno de um candidato, o Major-Brigadeiro Eduardo Gomes, fazendo um movimento contrário à tradição em que um candidato surge de um consentimento partidário (BENEVIDES, 1981).

Algumas figuras tiveram papel de destaque dentro da agremiação, como o bacharel Afonso Arinos de Mello Franco e o jornalista Carlos Lacerda. Nada obstante, devido ao predomínio de personalidades importantes à época organizadas no interior da UDN, a agremiação ficou conhecida como o partido dos “aristocratas”, dos “cartolas”, dos “notáveis”, dos “grã-finos”, dos “bacharéis” (BENEVIDES, 1981).

Até meados da década de 1950, os bacharéis dominavam o partido que já se via dividido em diferentes grupos, de um lado Afonso Arinos liderava a chamada “Banda de Música”, um grupo que fazia oposição incansável a Getúlio Vargas. Havia também um grupo mais radical dentro da UDN: os lacerdistas, liderados pelo jornalista Carlos Lacerda que eram, resumidamente, anticomunistas radicais e golpistas. Mais ao final da década de 1950 também surgiu o “movimento renovador” que, mais tarde, já na década de 1960, seria a ala denominada “Bossa Nova”. De forma resumida, estas foram as três principais tendências que se formaram no interior do partido nos primeiros anos de sua fundação. Durante a existência da UDN surgiram novas e mais tendências, assunto que será

¹⁵ Agamenon Magalhães foi o ministro da justiça do governo de Getúlio Vargas, no Estado Novo.

retomado ao longo dos próximos capítulos com um pouco mais de atenção, por enquanto nos bastaremos a esse resumo das principais correntes udenistas.

A presença de diferentes agrupamentos corrobora com a tese de que a UDN era um partido eclético com diferentes tendências, podendo levantar a hipótese de ser “vários partidos” em um só, ou como coloca Maria Vitória Benevides “várias UDN’s” tanto na dinâmica externa quando na interna do partido, e a existência dessas “várias UDN’s” fará parte do *modus operandi* do partido desde a sua fundação em 1945 até seu fim, em 1965, com o advento do Ato Institucional número 2, baixado pela ditadura militar, que extinguiu todos os partidos políticos, além do liberalismo ambíguo característico da UDN (BENEVIDES, 1981).

O partido também apresentava outras particularidades como citado anteriormente, tais como elitismo, moralismo, golpismo, autoritarismo, antipopulismo e anticomunismo que já se expressavam em sua formação, aqui buscaremos nos aprofundar um pouco sobre os significados que esses elementos traziam a UDN.

O anti-getulismo da UDN mais tarde se confunde com o anticomunismo que o partido expressou durante toda a sua trajetória. O elitismo era habitualmente expresso e enaltecido pelos udenistas sempre nas “[...] afirmações de que os melhores não podem perder [...]” (DELGADO, 2006, p. 41), particularidade diretamente ligada ao fato de representantes de frações da elite e da classe média fazerem parte da composição da UDN. O golpismo era um dispositivo que os udenistas justificavam como algo para auxiliar no combate ao comunismo e também explicar e defender as alianças que a UDN fazia com militares. Um fato interessante era que Carlos Lacerda chegou a citar “golpe dentro da ordem para manter a ordem” diversas vezes, os udenistas da tendência lacerdista se auto intitulavam “golpistas democráticos”. Já o moralismo da UDN era auto identificado como uma qualidade baseada em decência, vergonha e dignidade, e o antipopulismo era apoiado nesse moralismo, era comum o partido moralizar o debate político.

A característica autoritária da UDN era devido ao fato de que o partido priorizava os meios de fazer política, tornando os fins menos importantes. Por exemplo, para os udenistas se reunir com militares ou propor golpes para manter a ordem tinha maior importância do que as consequências que essas articulações levariam, além da oposição a tudo o que era contrário ao que o partido propunha enquanto projeto político-econômico (DELAGADO, 2006).

1.4- O cenário político pós-Estado Novo

Sem dúvida, o período que se segue após o Estado Novo marcou a história brasileira. Nesta parte do trabalho, iremos analisar de forma breve esse período e qual foi o papel da UDN após passada toda a efervescência do fim da era Vargas.

Depois da criação da UDN, formam-se outros partidos nacionais compondo o cenário político da época. Cabe aqui uma descrição de forma geral desses principais partidos com o intuito de situar politicamente o momento histórico da constituinte de 1946.

O PSD (Partido Social Democrático) foi o maior partido do Brasil no período de 1945 até o golpe de 1964. Um partido de caráter conservador que elegeu dois presidentes (Dutra e Kubitschek) e apoiou de forma não oficial Getúlio Vargas em 1950. A proposta do PSD, parafraseando Lúcia Hippólito, era de ser um “fiador da estabilidade política” – ou seja, conservador – e exerceu tanta influência no cenário político que se seguiu pós-Estado Novo, que os demais partidos chegaram a depender dele, no quesito evolução da política. O PSD se mantinha no centro do espectro político enquanto os demais partidos se movimentavam ao seu redor, fazendo dele uma referência da época (HIPÓLITO, 1985).

Já o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) surge como um partido popular com base sindical que tinha em sua composição operários e sindicalistas e se reivindicava como um partido legítimo da classe trabalhadora. A priori, surge como tendência getulista e funcionaria por um longo período como um dispositivo das demandas trabalhistas, e isso só era possível pela forte identificação do trabalhismo com o getulismo. O PTB era em sua gênese um partido anticomunista e disputava com o PCB o mesmo público eleitoral. Por isso, em 1947/48, apoia o processo de cassação dos mandatos dos comunistas e do registro do PCB, fato que representou uma disputa direta pelo eleitorado (DELGADO, 1989).

Finalmente, no curto período em que esteve na legalidade, o PCB (então Partido Comunista do Brasil¹⁶) teve uma participação importante nas eleições de 1946, elegendo quatorze deputados federais, um senador (Luís Carlos Prestes) e tendo um candidato à presidência que alcançou a quarta colocação nas eleições gerais de 1946, Iedo Fiúza.

¹⁶ A denominação Partido Comunista Brasileiro só seria utilizada a partir de 1961, quando o PCB aprova em Conferência Nacional a mudança de nome, na tentativa de conseguir o registro eleitoral, o que acabou não se confirmando.

Todavia, já em 1947, durante o governo de Eurico Dutra, o PCB tem o registro cancelado e seus eleitos cassados em 1948, passando novamente a clandestinidade (DELGADO, 2006).

As relações da UDN com esses partidos sofreram mudanças ao longo dos anos, esta questão não será tratada com minúcia neste trabalho, já que foge do escopo desta pesquisa. De forma geral este foi o ambiente político institucional do período que marcou o fim do Estado Novo que ficou conhecido, e foi difundido pela literatura *mainstream*, como período da “redemocratização”, que acabaria com o advento do golpe militar de 1964. Procuramos apenas pincelar alguns pontos expressivos do cenário político desse momento histórico, não foi nossa pretensão fazer uma análise mais profunda, mas sim indicar como as questões referentes ao nosso objeto estavam ligadas ao ambiente político do período. No próximo capítulo iremos aprofundar a discussão sobre esse cenário, abordando, de maneira mais crítica, sobre as questões históricas que definiram os rumos do Brasil no início da Guerra Fria.

CAPÍTULO 2 - O PROJETO POLÍTICO UDENISTA

2.1– Breve contexto histórico político da Guerra Fria

Os eventos políticos que ocorreram no período de 1945 a 1950 (desde o fim do Estado Novo até o retorno de Getúlio Vargas ao poder, que engloba a fundação por definitivo da UDN) devem ser analisados e compreendidos para além do contexto nacional. É necessário a compreensão do objeto dentro de sua totalidade histórica, seu movimento e as contradições que daí se desdobram. Estes eventos, portanto, devem ser percebidos no complexo contexto internacional que abrange tanto o fim da Segunda Guerra Mundial quanto o início da Guerra fria entre Estados Unidos e União Soviética. Neste item buscaremos demonstrar, mesmo que rapidamente, as influências e interferências que o bloco ocidental, comandado pelo imperialismo estadunidense, exerceu na política brasileira.

Em nossa fundamentação usaremos a concepção do historiador britânico Eric Hobsbawm, que categoriza este período como a “Era de Ouro”, um período marcado tanto por uma grande expansão de países de economia capitalista da centralidade do sistema, como, por exemplo, os países da Europa e da América do Norte, quanto por uma acelerada modernização das economias tidas como de “Terceiro Mundo”.

O conflito nuclear com o qual diferentes gerações sofreram com essa ameaça, nunca aconteceu. A particularidade da Guerra Fria foi, de acordo com Eric Hobsbawm, principalmente de que não existiam condições efetivas para que acontecesse um conflito armado, como fora a Segunda Guerra Mundial. O que houve de efetivo foi um discurso ameaçador de ambos os lados, mas essencialmente do lado dos Estados Unidos e seus aliados, que mantinham um tom catastrófico quando o assunto era o bloco soviético (HOBBSAWM, 1995), posto que as duas superpotências aceitaram a divisão geopolítica do pós-guerra que

[...] equivalia a um equilíbrio de poder desigual, mas não contestado em sua essência. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência — a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra — e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não

intervinha na zona aceita de hegemonia soviética (HOBSEBWM, 1995, p. 224).

O início da Guerra Fria também marcou o fim dos impérios coloniais. Os dois países protagonistas do conflito passaram então a exercer um papel de “neocolonizadores” nas regiões em que mantinham influência. Importante ressaltar que cada bloco tinha suas particularidades. Quanto a isso, a influência da União Soviética, por vezes, acabava sendo menos belicista e conflituosa do que dos EUA, questão essa que demanda uma maior profundidade que, por ora, não faremos.

Nos chamados países do Terceiro Mundo, a União Soviética teve pouco ou quase nada de influência, mesmo que não tivessem tanto apreço pelos Estados Unidos, esses países em sua maioria eram “[...] anticomunista em sua política interna e “não alinhada” (ou seja, fora do campo soviético) nos assuntos internacionais [...]” (HOBSEBWM, 1995, p. 225). A propaganda irracionalista anticomunista liderada por demagogos dos Estados Unidos se espalhou pelo continente americano, e conseqüentemente ganhou força e se consolidou no Brasil (inclusive, o anticomunismo persiste no interior da sociedade brasileira até os dias atuais). Um dos principais nomes responsáveis pela difusão do anticomunismo foi o senador Joseph McCarthy idealizando o que ficaria conhecido por críticos e historiadores como “macarthismo”.

A guerra fria mudou de maneira efetiva o cenário social e político mundial, cindiu o globo em dois polos que exerciam bastante influência em diferentes nações, e como narra Eric Hobsbawm, essas mudanças aconteceram principalmente em três aspectos diferentes: o primeiro foi a já citada queda do sistema colonial que existia antes da Segunda Guerra Mundial, impérios coloniais espalhados pelo mundo caíram dando início a bipolaridade e ao imperialismo estadunidense; segundo, manteve a dinâmica política internacional em uma certa inércia, mas não em sua totalidade, a dinâmica interna dos países seguiram acontecendo às suas maneiras; e terceiro, a Guerra Fria aumentou vertiginosamente os números de armas no mundo, não só com diferentes países produzindo suas próprias armas (incluindo armas nucleares), mas também com a distribuição de armas pelas duas potências por todo o mundo e o aumento e consolidação do mercado bélico (HOBSEBWM, 1995).

A Guerra Fria influenciou diretamente o cenário histórico-político do século passado. No Ocidente e nos países em que os EUA mantinham influência, o comunismo foi “demonizado”, fortes campanhas foram feitas contra a URSS e seus apoiadores

perseguidos, assim como partidos comunistas. O Brasil não fugiu a essa regra, em 1947, dois anos após o Estado Novo chegar ao fim e após uma eleição com avanços democráticos e uma constituinte, o PCB foi novamente posto na ilegalidade e todos os seus membros que haviam sido eleitos tiveram suas candidaturas cassadas e, neste mesmo ano, também ocorreu o rompimento diplomático do Brasil com a URSS. Contextualizado de forma sucinta o conflito URSS *versus* EUA, a discussão que se seguirá terá esse fato histórico com pano de fundo.

Em 1945, finalmente, o PCB retorna à legalidade institucional, após anos na ilegalidade e de quase ter sido neutralizado devido violenta repressão após o levante comunista de 1935. O partido concorre às eleições gerais daquele ano e sai da disputa com um saldo de quatorze deputados federais eleitos, uma significativa bancada de deputados estaduais e um senador, Luís Carlos Prestes¹⁷, que também foi eleito deputado federal por três estados diferentes, Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul e senador pelo estado do Rio de Janeiro, na época era permitido concorrer a diferentes cargos políticos simultaneamente, Prestes optou por assumir a vaga como senador. Já o candidato à presidência, Yedo Fiúza, apesar de não ter sido eleito, obteve uma expressiva votação se considerado todo o histórico do partido até então. Fiúza obteve cerca de 10% dos votos e ficou em terceiro lugar na colocação final dos candidatos, atrás de Eduardo Gomes, da UDN e do presidente eleito, Eurico Dutra, da coligação PSD/PTB (MAZZEO, 1999).

As relações do PCB com o Movimento Comunista Internacional (MCI) se mostravam confusas até 1945, o VII Congresso da Internacional Comunista lançara diretrizes em que propunha frentes amplas de combate ao nazi-fascismo. O partido adotou essa linha política e transformou-se em “partido da ordem” num esforço de compor a frente de luta contra o fascismo, uma decisão que fora fortemente questionada. No governo Dutra o PCB reforçou essa imagem, de partido “pacífico” em nome da consolidação da democracia burguesa, que, naquela conjuntura, se mostrava como um sistema político avançado, pois o mundo estava diante da barbárie nazista. Mas essa postura não durou muito tempo e acabou se rompendo, não por iniciativa dos comunistas “[...] estes estavam empenhados em construir um partido para atuar dentro da legalidade burguesa, na qual haviam crescido [...]” (MAZZEO, 1995, p. 73). Foi o retorno para a

¹⁷ Luís Carlos Prestes, que havia sido perseguido e preso pela ditadura do Estado Novo, foi anistiado em 1945 com centenas de outros presos políticos.

ilegalidade que fez com que a política de conciliação adotada até então pelo PCB fosse interrompida.

O PCB havia se tornado o maior partido da América Latina, estava construindo uma sólida influência nos sindicatos brasileiro e o número de filiados chegavam a, pelo menos, 200 mil, o que possibilitaria uma atuação expressiva nas próximas eleições caso continuasse nesses rumos, fato que incomodou profundamente a burguesia antipopular e autocrática brasileira. E mesmo com a postura conciliatória que o partido havia adotado naquele momento, o temor da burguesia de uma revolução proletária fez com que o presidente Eurico Dutra colocasse novamente o PCB na ilegalidade¹⁸, com forte apoio do congresso liberal conservador com traços reacionários da época (MAZZEO, 1999). Curioso é o fato que a UDN cindiu na decisão de cassação dos comunistas, enquanto uma parte defendia a legalidade do partido e dos mandatos dos deputados em nome dos princípios liberais clássicos de preservação da democracia e do pluripartidarismo, outra parte defendeu veementemente a cassação muito movida pelo anticomunismo do partido.

Em 1948, agora na ilegalidade, o PCB se inclina definitivamente à esquerda e faz uma autocrítica

[...] No documento, o partido reconhece que se havia deixado seduzir por "ilusões reformistas" [...] denuncia, também, os vínculos do governo com o imperialismo norte-americano e com sua política internacional pró Guerra Fria (MAZZEO, 1999, p. 75).

A repressão ao PCB era resultado direto da disputa por hegemonia dos dois blocos que protagonizavam da Guerra Fria, já que o partido seguia diretrizes da URSS e do MCI, aliado a isso haviam também questões internas, como, por exemplo, a propaganda anticomunista intensa que a Igreja Católica fazia. Esses fatos influenciaram o encolhimento do partido e, sucessivamente, enfraqueceram a luta por uma democracia popular, e este era o interesse da burguesia interna, neutralizar qualquer tipo de projeto político-econômico de caráter progressista e principalmente de influência comunista.

O que nos interessa neste contexto é o fato das forças políticas hegemônicas brasileiras daquele momento estarem alinhadas diretamente aos interesses dos Estados

¹⁸ O PCB foi cassado sob a alegação de ser uma espécie de agente da URSS no Brasil. Desde antes da cassação, o partido denunciava os vínculos do governo Dutra com o imperialismo norte-americano e sua linha pró Guerra Fria, na autocrítica que o partido fez quando deixou a linha mais reformista que havia adotado, chegou a apontar que o processo que pôs fim ao Estado Novo não rompeu com as estruturas da autocracia burguesa no Brasil, categorizada como uma das bases do fascismo. O PCB teve seu registro cassado no dia 7 de maio de 1947, mesmo com parte da imprensa e diferentes forças políticas (ainda que timidamente) defendendo sua existência legal (MAZZEO, 1999)

Unidos, refletindo diretamente na cassação do PCB e na propaganda anticomunista. O temor da influência da URSS era tão acentuado que mesmo o princípio democrático liberal burguês estava sendo posto em xeque, cassando candidaturas que haviam sido eleitas democraticamente.

A UDN era peça chave nessa cruzada contra as ideias socialistas e comunistas. Declaradamente liberal, representante da burguesia entreguista e golpista brasileira e com forte apelo ao conservadorismo, não media esforços para barrar qualquer projeto político, institucional ou não, que apresentasse um caráter mais popular. A atuação do partido contra os comunistas, mesmo tendo a já citada cisão em relação à cassação da bancada parlamentar do PCB (que só reforça a ambiguidade udenista), fora indispensável para o projeto burguês de associação com o capital internacional, visto que a modernização que a UDN propunha para o Brasil não era uma ruptura definitiva com o Estado Novo e suas estruturas, mas um projeto continuísta da autocracia burguesa que perpassava por romper as políticas protecionistas de Vargas e abrir a economia para investimentos externos, leia-se, privatizar empresas nacionais estratégicas para a soberania do país e barrar qualquer projeto contra hegemônico, este representado principalmente pelo PCB.

A atuação da UDN contra projetos de cunho popular e social tinha aliados, mesmo que de forma extra oficial. O PSD, por exemplo, foi um partido de forte representação ruralista, sua bancada no congresso era composta basicamente por representantes de latifundiários, e vale ressaltar que o PSD foi o maior partido de atuação político-institucional até 1964. Sua influência era tão grande que por muito tempo o partido praticamente determinou o cenário político-partidário brasileiro, sendo que os demais partidos, podemos dizer, orbitavam o PSD. Já o PTB, que teve sua origem a partir do movimento sindicalista estruturado pelo Estado Novo, era, na prática, um partido que competia pelo eleitorado do PCB e servia a institucionalidade burguesa, já que os sindicatos eram corporações controladas pelo Ministério do Trabalho com o fim de moderar a luta dos trabalhadores. Não existia no PTB uma proposta de emancipação do proletariado, pelo contrário, o partido servia mais como um instrumento do Estado para manter os trabalhadores sob seu domínio e controle, ou seja, ao fim e ao cabo, não passava de mais um partido da ordem.

Estes partidos, junto com a UDN, estavam alinhados com projetos da burguesia, mesmo competindo entre si no cenário político institucional e se apresentando como rivais, em seus programas perduravam as mesmas propostas de interesses burgueses, nisso se assemelhavam e podemos colocar neste contexto como aliados. A atuação destes

partidos durante o fim do Estado Novo e no governo de Eurico Dutra foi de grande importância para os projetos de hegemonia que estavam em disputa naquele momento, perceptível fica que a influência da Guerra Fria e do bloco ocidental no cenário político brasileiro, os partidos da ordem, mesmo os que se diziam oposição ao governo, também se mantinham alinhados aos interesses dos EUA e a disputa entre eles era muito mais performática do que efetiva, afinal, os projetos de nação não se diferenciavam profundamente. A questão perpassava bem mais pelas frações da burguesia que disputavam por representação.

2.2- O governo de Eurico Gaspar Dutra

Eurico Gaspar Dutra foi eleito com 55% dos votos em 1945, derrotando seu principal oponente, o Brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN. O apoio de Getúlio Vargas durante a campanha foi decisivo e não só garantiu a vitória do general como ainda hoje é considerado uma importante transferência de votos na história política brasileira¹⁹. No primeiro ano de mandato, Dutra prezou para o que chamou de “volta a tranquilidade”. A UDN, severa opositora independentemente da situação, cooperou com o governo neste primeiro momento. Logo após a constituinte, Dutra escolheu seu gabinete, que em linhas gerais era notadamente conservador como pode-se verificar com a escolha do udenista Raul Fernandes para o Ministério das Relações Exteriores e o Ministro da Guerra, General Canrobert Pereira da Costa - um anticomunista confesso (SKIDMORE, 1975) -, e apesar de a UDN ter colaborado e ter conquistado alguns cargos, conflitos internos tiveram início em relação a ser oposição ou base de apoio do governo Dutra, circunstância, que foi liderada principalmente pela ala lacerdista²⁰ o que fez com que em pouco tempo o partido decidisse voltar para a oposição, mas esse assunto será retomado com mais atenção no item 2.3.

¹⁹ O slogan da campanha era: “Ele disse: votem em Dutra”, fazendo uma referência a indicação de Vargas para que seu eleitorado votasse no general (PICALUGA, 1980, p. 32)

²⁰ O lacerdismo foi uma tendência que surgiu logo no início da atuação da UDN, era fortemente golpista, moralista e flertava com o militarismo, tinha como líder, evidenciado já em seu nome, o jornalista e membro fundador da UDN: Carlos Lacerda.

O governo de Eurico Gaspar Dutra ficou marcado pela abertura política e do retorno à “democracia”²¹, além da já citada “tranquilidade”, e mesmo com todas as suas problemáticas como traços autocráticos e repressivos, o princípio democrático burguês ainda se fez até certo ponto. A constituição de 1937 foi finalmente substituída pela nova constituição em uma assembleia eleita com diferentes representantes de diferentes partidos. Para além disso, Dutra fez um governo alinhado aos interesses dos EUA, sua política econômica foi basicamente de privatizações e de abertura ao capital estrangeiro, seus principais alvos eram as empresas estatais, estruturadas por Vargas durante o Estado Novo. De maneira concisa, economicamente o governo de Eurico Dutra pode ser identificado em duas fases diferentes:

[...] a primeira, de 1946 a 1947, em que houve uma retomada dos princípios do liberalismo, com o mínimo de controle em cada setor; a segunda, de 1947 a 1950, marcada pela reintrodução de controles cambiais e a aceleração da industrialização, favorecida por uma política creditícia que incluía empréstimos do Banco do Brasil a diversos setores-chave da indústria privada (MENDONÇA, 2002, p. 83).

O primeiro momento do governo Dutra foi orientado pelos ideais do liberalismo como o clássico *laissez faire*, “[...] uma política que foi abalada pelo rápido esgotamento das reservas brasileiras de divisas e do resultante déficit no balanço de pagamentos em 1937 [...]” (SKIDMORE, 1982, p. 96), o que deu início a transição para o segundo momento. Os controles cambiais de 1947 incentivaram a industrialização do Brasil, essas políticas aconteceram de maneira semelhante às políticas de apoio ao combate a crise da bolsa em 1929, não tinham como objetivo fortalecer e ampliar a indústria, mas consequentemente provocou este efeito, com a indústria crescendo de forma “espontânea” os empréstimos do Banco do Brasil a setores privados cresceram rapidamente marcando a segunda fase de Dutra. Houve também a tentativa de implantação do chamado plano SALTE (iniciais de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) que “[...] foi incorporado ao projeto de orçamento federal para 1949, mas nunca foi inteiramente aplicado. Funcionando durante um ano apenas [...] entrou em dificuldade financeira e acabou sendo abandonado em 1951 [...]” (SKIDMORE, 1982, p. 99), o plano

²¹ O debate sobre Democracia é profundo no Brasil, aqui, ressaltamos nossa crítica de que só podemos “retornar para algo que um dia foi” e nesse caso, falar em retorno à democracia é um erro conceitual, ideologicamente orientado, uma vez que nunca tivemos uma democracia formal no país, mesmo que de conteúdo liberal, pretendemos nos aprofundar neste debate posteriormente.

previa investimentos nestes setores a fim de coordenar os gastos públicos e foi proposto ainda em 1947 mas acabou fracassando (SKIDMORE, 1975).

A UDN de certa maneira saiu vitoriosa com a eleição de Eurico Dutra, pois uma parte das suas propostas foram postas em prática pelo mandatário durante a primeira fase do seu governo, principalmente nas condutas econômicas. Claro que não foram as propostas originais dos udenistas, mas sim sua marca político-ideológica. A forte orientação liberal de Dutra podia ser notada pela influência empresarial em setores estratégicos do seu governo, mas uma orientação incompleta, como já exposto, aliás, características incompletas, ambígua, duais são uma marca quando o assunto é liberalismo no Brasil. Na política externa, o alinhamento com os Estados Unidos e o rompimento oficial e diplomático com a URSS se deu desde o início da guerra fria, período onde a tendência liberal se destacou, manifestando-se nas políticas de privatizações que beneficiava o empresariado e abria a economia para o capital estrangeiro, preceitos defendidos pela UDN. A criação da Escola Superior de Guerra em 1949 e a perseguição interna a comunistas, que o governo Dutra fazia, acabou também simbolizando uma vitória dos udenistas, os oficiais que passaram a compor a ESG eram sobretudo anti-getulista e anticomunistas, características centrais da UDN (MENDONÇA, 2002).

A verdadeira oposição ao governo de Dutra veio do PCB, que como já exposto, retorna como o maior partido comunista da América Latina, na Assembleia Constituinte de 1946, os comunistas foram os críticos mais ferrenhos dos dispositivos liberais da Constituição, foram incisivos quanto ao apelo do governo com os investidores estrangeiros (SKIDMORE, 1975). Não foi por mero acaso a cassação do registro do PCB, pois seus membros eleitos, representavam o verdadeiro projeto contra hegemônico e incomodavam a burguesia. A partir daqui sabemos da infeliz trajetória imposta ao partido e seu retorno a ilegalidade, fato que beneficiou amplamente o PTB, com o vazio político que ficou depois de o PCB ser cassado. Foi o partido incentivado por Getúlio Vargas, que ocupou esse lugar angariando os votos da esquerda e servindo como uma base para seu retorno nas eleições de 1950.

As eleições gerais de 1945 e a Constituição de 1946 prometiam um “novo Brasil”, democratizado e moderno, com propostas políticas liberais e discursos acalorados contra ditaduras. A nova Constituição, a quarta desde a queda do império em 1889, previa todos os velhos princípios democráticos de liberdades individuais e eleições livres, mas não apresentava rompimento efetivo com as diretrizes do Estado Novo, nem mesmo a

oposição concentrada na UDN questionou a estrutura corporativista arquitetada por Vargas, no fim, esse “novo Brasil”, a redemocratização e modernização não passou de uma aparência, a essência permaneceu a mesma.

2.3 - O Projeto Político da UDN

Vimos o quanto o governo de Eurico Gaspar Dutra foi influenciado pela disputa geopolítica que acontecia no contexto da Guerra Fria. Seu governo se alinhou com os interesses estadunidense e sua política econômica foi fortemente liberal. Observamos, também, que a UDN esteve intensamente ativa desde a sua fundação e sua participação no governo Dutra foi instável, causando até mesmo conflitos internos. Neste item buscaremos entender qual o projeto político que a UDN propunha para o país.

Eduardo Gomes conseguiu mobilizar boa parte da pequena burguesia, sobretudo urbana, como seu partido pretendia, afinal, a UDN se colocava como o “partido das classes médias”, bem como, dos intelectuais e das Forças Armadas. Porém, não conquistou a classe trabalhadora, que o via como um candidato dos ricos ou dos “grãos finos”, em contraposição a Getúlio Vargas, que ainda era tido pelos trabalhadores como o “pai dos pobres”. A derrota do Brigadeiro representou uma derrota para a burguesia agrária e exportadora que viam nele uma possibilidade de retomar o arranjo político federalista que vigorava antes de 1930, de poder dos Estados em relação União, já que Dutra não rompeu com a estrutura corporativista e centralizadora do Estado Novo (MENDONÇA, 2002). A campanha do candidato Eduardo Gomes também

[...] tinha um forte apelo a constituição de 1934 “[...] na defesa intransigente do conservadorismo moral, na apologia do papel suprapartidário dos militares, no direito de greve e na liberdade sindical para trabalhadores, além da promessa de um novo modelo econômico, capaz de conciliar os interesses da livre empresa e do capital estrangeiro com papel do Estado [...] (MENDONÇA, 2002, p. 82).

Apesar da sua composição heterogênea, a UDN defendia com unanimidade a liberdade de imprensa e a não intervenção estatal na economia -este ponto era bem ambíguo, como veremos-, valores que eram sensíveis à pequena burguesia, uma vez que o partido tinha como objetivo conquistar apoio eleitoral dessa camada da sociedade. No programa da UDN constava basicamente teses liberais como o exercício da liberdade de

expressão, por exemplo. No que tange as questões de caráter econômico, o partido tinha um intenso apelo ao capital estrangeiro que presumia indispensável para a modernização do Brasil “[...] e, sobretudo, para o aproveitamento das nossas reservas inexploradas, dando-lhe um tratamento equitativo e liberdade para a saída de juros [...]” (PICALUGA, 1980, p. 30) e falava também em uma reforma agrária contida, quanto a intervenção estatal na economia, o partido até concordava de certa maneira, desde que essa intervenção correspondesse com os interesses das classes que representava (PICALUGA, 1980).

Em sua campanha Eduardo Gomes tinha muita cautela quanto a industrialização do Brasil, pouco abordava esse assunto. Aparecia nos jornais como um candidato neutro, “nem de esquerda, nem de direita”, se colocava como um democrata burguês, fazendo uma alusão, de ser o oposto a Yedo Fiúza, que seria um comunista ditador, assim como de Dutra, que seria um fascista que continuaria a ditadura estadonovista. Para além destes discursos, a diferença primordial da UDN para os outros partidos que surgiram em 1945 era pontualmente em relação a Getúlio. Nos programas de governo destes diferentes partidos constavam basicamente os mesmos ideias e propostas, o PSD, a título de comparação, manteve-se como um partido que se preocupava em eleger seus integrantes com intuito de preservar os interesses de quem representava e estava alinhado sempre com princípios conservadores, talvez outra diferença pontual seja o fato de o PSD defender a intervenção estatal, mas também enfatizava sobre o alinhamento ao capital estrangeiro, o candidato da UDN não ficava muito distante disso (PICALUGA, 1980).

O plano político da UDN tinha pouco a ver com sua prática, no início seu programa tinha uma forte tendência progressista e pode ser considerado até melhor elaborado do que os programas do PTB e PSD, nele constavam não só as diretrizes dos ideais liberais clássicos, mas também liberdade sindical, autonomia para fazer greve, participação dos trabalhadores nos lucros das empresas entre outras concepções que não foram postas em prática pelos udenistas, aliás, com o passar dos anos, essa inclinação mais social da UDN foi rapidamente se perdendo e muitas destas propostas nunca nem chegaram a ser postas em pauta, nem por Eduardo Gomes, nem pelos outros candidatos que o partido lançaria ao longo dos anos (BENEVIDES, 1981).

O projeto político-econômico da UDN não era muito bem definido, essa indefinição refletia a falta de atuação partidária coordenada e as cisões dentro do partido, deixando evidente as falhas dos udenistas, de forma resumida “O exame da política econômica da UDN revela, talvez com maior nitidez, a inconsistência programática e as

contradições partidárias [...]” (BENEVIDES, 1981, p. 196). O programa da UDN, por muitas vezes, demonstrava bem mais os interesses individuais de seus componentes do que um projeto político em si, por exemplo, e o juridicismo deixava evidente a atuação dos bacharéis nas decisões do partido, sempre em tom teórico e pouco prático, desta maneira, seria inconsistente afirmar uma coerência no projeto político udenista. É possível identificar pressupostos do seu projeto no Manifesto dos Mineiros, onde os udenistas já demonstravam certos traços ideológicos que perduraria durante muito tempo (BENEVIDES, 1981).

O plano de governo inicial da UDN data de 1946, foi articulado na Convenção Nacional daquele ano e traz muitos traços da campanha do Brigadeiro, a questão do Estado que o projeto apresenta, aparece apenas para garantir os direitos dos trabalhadores, critica o liberalismo econômico como sendo o vetor das injustiças sociais, mas, ao mesmo tempo, também critica o marxismo por se mostrar cético quanto ao desenvolvimento capitalista, também já definindo seu histórico anticomunismo. É curioso que a UDN nunca tenha tido um projeto de nação bem definido para o Brasil, podemos dizer que fica perceptível que a falta de projeto de nação bem planejado e com propostas concisas do partido já se configura como um projeto, nota-se que a ambiguidade está presente desde o início da atuação partidária udenista (BENEVIDES, 1981).

A disputa que aconteceu no período da redemocratização foi, na verdade, entre frações da burguesia, os partidos hegemônicos precisavam garantir que os interesses dos grupos que representavam fossem realizados, em linhas gerais, defendiam semelhantes políticas econômicas, afinal, o que podemos perceber foi que no pós-Estado Novo “[...] O quadro mais constante no cenário político será composto pela união de partidos adversários defendendo interesses afins e pela divergência de grupos dentro do mesmo partido [...]” (BENEVIDES, 1981, p. 179).

Mesmo parte das fontes e documentos utilizados até aqui neste trabalho defenderem que o partido poderia ter assumido outra conduta que não aquela de golpista, autocrática e antidemocrática, pois afinal, a UDN surgiu como uma frente de esperança e luta contra um regime de exceção que perseguiu muita gente, e argumentar que a história teria diferido se o partido tivesse realmente seguido seus ideais iniciais e traçado um projeto político efetivo para o país baseado nos ideais que sustentaram sua fundação, sabemos que isso não poderia ser viável, uma vez que os ideais liberais defendidos pela UDN se expressavam de forma fragmentária, incompleta, mesmo do ponto de vista das liberdades individuais, daí seu caráter golpista.

A UDN, ao longo da sua trajetória, não perdeu sua característica inicial e “[...] deixou de tornar-se o partido que poderia ter sido para assumir seu destino histórico [...]” (PICALUGA, 1980, p. 39-40), na verdade, o partido assumiu seu caráter liberal e golpista, vale lembrar que Getúlio Vargas foi deposto em 1945 numa espécie de golpe de Estado, com apoio de udenistas.

2.4- Carlos Lacerda e o golpismo

Carlos Lacerda foi uma figura de grande destaque da UDN. Líder importante, foi responsável pelo surgimento de uma das principais tendências dentro do partido: o lacerdismo. Tratava-se de uma corrente udenista mais radical, golpista e autocrática, os lacerdistas discordavam de tudo o que fosse contra suas convicções políticas e apelavam sem nenhum pudor ao golpismo. Neste item, faremos um esforço para sintetizar sua trajetória dentro da UDN, como começou sua militância política, porque caminhou para a direita a ponto de entrar em conflito até mesmo com figuras liberais importantes do seu partido, fazendo assim um movimento que o aproximava do reacionarismo e consequentemente com setores antidemocráticos das Forças Armadas, sua ferrenha oposição a Getúlio Vargas e, talvez, avançando mais no tempo, sua participação no movimento que derrubou João Goulart (MENDONÇA, 2002).

Jornalista e político, Carlos Frederico Werneck de Lacerda nasceu no Rio de Janeiro em 1914. Era filho de Olga Caminhoá Werneck e Maurício de Lacerda, este foi jornalista e deputado federal, mas, ao contrário do filho se considerava um revolucionário e defendia operários e comunistas, foi membro da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e do PCB, participou do levante comunista de 1935, algo curioso é que até mesmo o nome que deu a seu filho, Carlos Frederico, foi uma homenagem a Karl Marx e Friedrich Engels, mas com o processo de redemocratização em 1946 ele se filiou a UDN, Maurício de Lacerda era filho de Sebastião de Lacerda, ministro do Supremo Tribunal Federal durante o governo de Prudente de Moraes, Carlos Lacerda tinha uma relação bem próxima com seu avô paterno, fato que ele expressava frequentemente em suas memórias.

Lacerda iniciou sua trajetória política na esquerda. Foi membro do grupo que articulou a ANL, em 1935, uma organização de caráter popular que tinha como principal pauta a luta contra o integralismo, imperialismo e o latifúndio. Também integrou a

Federação da Juventude Comunista e fez parte dos quadros do Partido Comunista Brasileiro, o PCB, apesar de ter negado ao longo da sua vida, afirmando que nunca teria sido membro do partido. Quando fez parte da Juventude Comunista, Lacerda radicalizou seu discurso contra a Ação Integralista Brasileira, a AIB, em nome do combate ao Nazismo e seus representantes no Brasil, além de ter participado de levantes e agitações políticas organizadas por comunistas, entre outras ações à esquerda que esteve envolvido no início de sua carreira política (MENDONÇA, 2002).

Entretanto, com o surgimento da figura de Getúlio Vargas e o longo processo político que, se pudermos colocar um marco, vai da assim chamada “revolução” de 1930 e em seguida o golpe de 1937 e o fim do Estado Novo em 1945, acirraram as já intensas lutas no interior das classes dominantes no que tange aos diferentes projetos de nação em disputa, foi durante esse processo que emergiu a imagem de Carlos Lacerda, que foi migrando rapidamente para a direita e rompendo com seu curto período de atuação na esquerda, como um ferrenho opositor a Vargas e suas políticas, além de que

O espectro de Vargas e de tudo quanto ele representasse transformaria Carlos Lacerda no personagem de maior proeminência dentro dos quadros da oposição ao getulismo, sobressaindo-se não só como grande jornalista e político, mas, por certo, como “o mais importante agitador da direita do período de 1930-1964” (MENDONÇA, 2002, p. 21)

Foi agente de uma trajetória política conturbada e assim como seu partido, também teve suas ambiguidades. Em todos os acontecimentos políticos que participou, deixou sua marca de maneira permanente. Carlos Lacerda era um exímio político, tinha carisma e conquistava com seus discursos. Fez de seu jornal, “A Tribuna da Imprensa”, seu próprio palanque político e não mediu esforços em utilizá-lo como seu meio de comunicação particular a fim de propagar suas ideias (MENDONÇA, 2002). Despertava ódio e admiração e

[...] enquanto seus partidários se referiam a ele como grande líder e “o maior tribuno que passou pela Câmara dos Deputados”, seus adversários o consideravam um traidor capaz das piores vilanias, o “gênio da destruição”, enfim, “um homem em quem não se pode confiar”. Chegaram mesmo a conferir a ele o apelido de “Corvo”, que lhe ficou gravado como verdadeiro estigma. Mas, para todos, e até para si mesmo, Carlos Lacerda foi o grande *tombeur de présidents*, aquele a quem se atribuía a responsabilidade última pela queda de Getúlio Vargas, Jânio Quadros e João Goulart (MENDONÇA, 2002, p. 24, grifos da autora).

Ainda na primeira metade da década de 1930, com toda a efervescência política da época, Carlos Lacerda começou a ganhar destaque, principalmente devido a sua atuação no jornalismo e a capacidade de conquistar o público com sua oratória, característica que possuía desde a infância. No ano de 1935, o jornalista ganha prestígio entre a intelectualidade e também com a esquerda, e esse reconhecimento, esse prestígio que o jornalista recebe dessas partes parecia impressioná-lo, existem algumas hipóteses levantadas por estudiosos da figura de Lacerda que demonstram que sua atuação no espectro político da esquerda pudesse ser somente uma forma de ascensão social e política, mas, por outro lado, muitos concordam que ele teve uma educação socialista e acreditava no socialismo como a única alternativa diante da ascensão do nazi-fascismo, uma vez colapsado o liberalismo. Outrossim, parece que as duas hipóteses colocadas não se separam (MENDONÇA, 2002).

Logo no início do Estado Novo, Carlos Lacerda foi preso. O mandato de Getúlio Vargas, como previa a constituição de 1934, deveria chegar ao fim em 1938, então foram lançadas três candidaturas à presidência para a eleição que estava prevista, sendo elas: Armando Salles de Oliveira pelo Partido Constitucionalista, José Américo que fora ministro de Getúlio e era apoiado pelo governo e finalmente Plínio Salgado pela Ação Integralista Brasileira – a AIB-. Os acontecimentos que se seguiram são vastamente conhecidos, Getúlio Vargas planejava o golpe de estado que daria início ao Estado Novo e seus aliados eram encarregados de angariar apoio dos interventores. Deu-se início ao Estado de Sítio e a 10 de novembro de 1937 o golpe foi concluído. Carlos Lacerda se envolveu na campanha de José Américo, que nessa altura tinha adotado uma posição mais popular e se afastado de Vargas, em decorrência da sua militância, que havia empregado um tom de provocação ao governo. Acabou detido (MENDONÇA, 2002).

O início do afastamento de Carlos Lacerda da esquerda começou um pouco depois desses eventos, como veremos. Em decorrência do primeiro ano de consolidação do Estado Novo, em 1938, foram organizadas exposições com o intuito sobretudo de divulgar as políticas estabelecidas até então - as exposições foram organizadas por ministérios - “[...] entre as quais havia um setor inteiramente dedicado a luta contra o comunismo [...]” (MENDONÇA, 2002, p. 45) O evento foi fortemente divulgado pela imprensa através de matérias em jornais, daí se inicia a migração de Lacerda para a direita, a essa altura ele já era um hábil jornalista e como tinha contato com dirigentes importantes dentro do PCB e acesso a informações internas, foi designado para escrever sobre a

história do partido, que não aconteceu em vão, uma vez que nesse momento Carlos Lacerda se aproximava de figuras conservadoras da imprensa, e

O resultado foi uma grande matéria intitulada “A exposição anticomunista”, na qual seu autor, pela primeira vez, assumia uma postura ferrenhamente contrária ao Partido e ao Movimento Comunista Internacional. Em consequência, seria imediatamente expulso do PCB, desenvolvendo, a partir daí, um ódio visceral aos comunistas, que ao longo do combate implacável a Getúlio Vargas, transformar-se-ia, com o tempo, na tônica de sua atividade política (MENDONÇA, 2002, p. 46)

A partir da expulsão do PCB, Lacerda passou cada vez mais a radicalizar seu discurso anticomunista e, por muitas vezes, antidemocrático. Seu alvo principal, como já mencionado anteriormente, foi sempre Getúlio Vargas e, mesmo depois da morte deste, Carlos Lacerda não cessou as críticas e ataques ao mandatário. Na biografia de Carlos Lacerda, “O Demolidor de Presidentes” de Marina Gusmão de Mendonça (utilizada na construção deste item), encontramos uma análise no campo psicológico sobre essa oposição incansável a Vargas, não caberia aqui esse tópico, dado que nosso interesse nesta figura se restringe ao campo ideológico e político, uma análise psicológica demandaria um espaço maior nesse trabalho, e talvez, fugiria do nosso tema, porém, achamos importante indicar a existência dessa análise, e talvez, discutir sobre ela em outro momento.

Preterido por toda a esquerda, Lacerda se juntou a UDN e passou a criticar nos jornais de maneira bem agressiva os comunistas, seu alvo dessa vez, durante as eleições de 1945, foi o candidato do PCB à presidência, Yedo Fiúza, considerado por Carlos Lacerda como uma ameaça a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, dado que ele pressupunha que o PCB pudesse tirar parte dos votos da UDN. Os ataques a Yedo Fiúza foram constantes, os apelos para o campo moral eram frequentes, Lacerda chegou a acusar Fiúza de ser homossexual e de envolvimento com a AIB, bem como participação em casos de corrupção, mas os ataques a campanha do PCB não seria o único movimento de Lacerda contra uma possível vitória de Eurico Dutra, nesse momento o jornalista já demonstrava o flerte com o golpismo, que marcaria toda a sua trajetória. A vitória do brigadeiro era quase certa, mas pouco antes das eleições Getúlio Vargas sinalizou apoio à candidatura de Eurico Dutra do PSD, fazendo com que a base política de Vargas votasse maciçamente no general (MENDONÇA, 2002).

Com a vitória de Eurico Gaspar Dutra, candidato do PSD, a UDN passou para a oposição, mas como um partido que havia surgido de uma frente heterogênea, uma parte procurou logo angariar alianças com o governo a fim de compor algumas das pastas dos ministérios, proposta inclusive feita pelo próprio Dutra, Carlos Lacerda foi veementemente contra e apoiava a conservação da UDN na oposição. Isso marcaria uma das primeiras cisões dentro do partido, pois Lacerda se uniria a outros udenistas mais radicais e apoiaria a proposta de fundação do “Movimento Renovador” que basicamente defendia uma linha totalmente oposicionista da UDN, isso sublinharia as inconsistências do partido, que o seguiria durante toda a sua existência (MENDONÇA, 2002).

De forma sintetizada, os udenistas eram divididos assim: o lacerdismo, como exposto anteriormente, era uma tendência de direita mais radical da UDN e umas das primeiras tendências do partido; os bacharéis, que se concentravam na Banda de Música, aquela que fazia oposição turbulenta a Getúlio Vargas, sobretudo em seu segundo mandato (1950-1954) que é quando surge efetivamente essa corrente; e por fim, a Bossa Nova, uma ala mais jovem da UDN que vai se formar por volta do fim do governo Kubitschek, tinha uma proposta de atualizar as ideias do partido e seguia uma linha mais moderada quando o assunto era a oposição. O partido tinha outras tendências e correntes que foram se formando ao longo da sua existência, como os Realistas, que surgiria somente no período do governo de Juscelino Kubitschek com propostas que rompiam com algumas estratégias históricas da UDN (DELGADO, 2006), que não será aprofundado sobre elas aqui, pois eram de menor importância dentro do partido.

Posto isso, passaremos para o ponto em que o jornalista passa a flertar com o golpismo e como isso se confunde com a própria UDN, surgindo assim o lacerdismo, que seria uma tendência consolidada dentro do partido e que passou a disputar espaço com outras correntes udenista como a Banda de Música e a Bossa Nova, somente para exemplificar, a Bossa Nova geralmente era menos radical e procurava ser mais branda na oposição ao governo, os lacerdistas frequentemente acusavam essa tendência –a Bossa Nova- de ser oportunista e conivente com os comunistas, essas acusações recebiam apoio da Banda de Música, mas isso não isentava essa outra tendência de ser alvo de críticas dos lacerdistas, no final, o lacerdismo fazia oposição a todas as correntes udenistas que não considerassem o que propunham. Claro fica que a UDN também tinha suas contradições internas, protagonizadas principalmente pelas disputas por hegemonia das diferentes tendências que foram se formando no interior do partido com o tempo.

A prática política de Carlos Lacerda sempre foi ambígua, no início da sua atuação como quadro da UDN defendia o liberalismo econômico, falava principalmente em “defesa da liberdade”, da eterna vigilância, da “modernização do Brasil”, ou seja, mantinha um discurso mais alinhado com o partido, mas, na medida em que seu discurso tornou-se mais radical e golpista, Lacerda entrou em conflito com setores mais “liberais” e “bacharelescos” da UDN. Importante lembrar que a atuação e o crescimento de Carlos Lacerda na cena política só foi possível muito pela intensa penetração na imprensa nacional que o jornalista tinha, trajetória que construiu desde muito cedo, quando ainda era um jovem militante (DELGADO, 2009, p.62).

O lacerdismo chama atenção pela sua particularidade, uma corrente que surgiu a partir de uma figura, diferenciando-se das demais vertentes da UDN, e segundo Márcio de Paiva Delgado (2006, p. 55)

[...] Sua diferença em relação às demais começa desde o nome, vinculado diretamente a uma pessoa em especial [...]. A despeito da mística construída em torno do nome do Brigadeiro Eduardo Gomes, o “herói dos dezoito do Forte”, ou de Juarez de Távora, considerado “a reserva moral da nação” doutrinariamente a UDN notabilizava-se por repudiar qualquer forma de personalismo político e carismático, identificando tal prática como puro populismo [...]

Não entraremos aqui no debate sobre o conceito de populismo ou se o lacerdismo foi ou não considerado uma vertente populista, o que podemos considerar é que o lacerdismo acabava sendo uma tendência dogmática dentro da UDN, que prezava por alianças conservadoras quando convinha, combatia qualquer outra tendência que se mostrava mais “a esquerda” dentro do partido além de que “[...] o lacerdismo defendia a competição e era ao mesmo tempo, profundamente conservador [...]” (DULCI, 1986, p. 37-38). O mais relevante no lacerdismo, é a sua condição dualista, e não somente porque, como citado, a UDN rejeitava personalismos e a tendência se formou em torno de uma pessoa específica, mas por todas as demais contradições que essa tendência udenista lograva.

Conforme Carlos Lacerda ganhava notoriedade na mídia e crescia no cenário político nacional, o lacerdismo tendia a crescer, o radicalismo tomava conta do partido “das classes médias”, e os udenistas, vendo coligações vitoriosas como PTB e PSD e com a baixa influência em grandes cidades, chegavam a conclusão de que não venceriam eleições em âmbito nacional pelas vias democráticas. Daí em diante, a UDN até passa a

adotar outras posturas como dar mais atenção ao eleitorado urbano e se dedicar mais em campanhas políticas nas cidades, mas sua postura elitista não permite que tenha muitos ganhos com isso, em consequência, o caráter golpista vai ganhando cada vez mais força até se consolidar no início dos anos de 1960 com o crescimento vertiginoso do lacerdismo (DELGADO, 2006).

Carlos Lacerda seria o candidato da UDN à presidência nas eleições gerais de 1965, só não contava que o golpe militar que depôs João Goulart, apoiado pela UDN e pelos udenistas -inclusive por Lacerda- culminaria em uma ditadura autocrática que suspenderia determinados direitos políticos e reformularia os partidos. Sobre esse tema, veremos no próximo item como se deu as relações da UDN com o militarismo, como foram formadas e suas consequências.

2.5- As relações da UDN com o militarismo

Neste item procuraremos explicar um pouco as relações que a UDN manteve com os militares durante toda a sua trajetória até culminar no apoio ao golpe de 1964, como sua relação com o militarismo esteve sempre atrelada ao caráter golpista do partido, para isso avançaremos um pouco no recorte temporal na tentativa de contextualizar essa particularidade da UDN. As forças armadas brasileiras foram vitoriosas em 1964, representando assim o que pode ser tido como uma união das diferentes frações da burguesia brasileira, já que não houve uma tentativa explícita de barrar o golpe por parte das elites. Os militares instauraram um regime autocrático, traduzido principalmente pelo Ato Institucional número 12 de outubro de 1968, conhecido como AI5, que vigorou até o ano de 1978 e produziu uma série de arbitrariedades. O AI5 definiu o momento mais repressivo do regime onde qualquer civil que representasse uma ameaça ao governo era severamente punido. A UDN, tendo uma forte inclinação militarista e flertando sistematicamente com o golpismo, nos leva a uma reflexão sobre o golpe militar de 1964 e sua aceitação pela burguesia interna e pelos grupos liberais udenistas.

Antes de entrar de fato no que diz respeito a relação da UDN com o militarismo, faremos uma breve contextualização de como o golpe foi articulado e dos principais complexos que atuaram a favor do militarismo golpista.

O golpe militar de 1964 começou a ser articulado ainda na década de 1950, mesmo que de maneira heterogênea, já que as Forças Armadas não tinham um consenso sobre

um possível golpe de Estado, o golpe começaria a ser planejado efetivamente no ano de 1961. Foram criados diferentes órgãos de atuação político-ideológica que agiam em diversos setores sociais, como o caso do IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), formando assim um dos complexos ideológicos da burguesia mais influentes no período pré-ditadura. O IBAD era descrito “[...] pelo embaixador americano Lincoln Gordon como um ‘grupo industrial de moderados e conservadores’ [...] foi instituído com o alegado e ambíguo propósito de ‘defender a democracia’ [...] (DREIFUSS, 1981, p. 102), o jornalista e uma das principais figuras udenista, Carlos Lacerda, apoiava publicamente o IBAD já no período em que foi governador do estado da Guanabara (hoje, atual cidade do Rio de Janeiro); foi para Carlos Lacerda que os empresários e representantes do IBAD recorreram quando João Goulart assumiu o cargo de presidente, para informar que “[...] as forças econômicas brasileiras se organizariam imediatamente para ‘defender a democracia, as instituições efetivas e o regime’ [...]” (DREIFUSS, 1981, p. 102).

No início, o IBAD não tinha tanta visibilidade, o instituto se preparava de forma silenciosa para atingir seus objetivos, mas quando chegou a década de 1960, o IBAD já estava consolidado e com alianças dentro do congresso nacional, e foi por meio do IBAD que

[...] os intelectuais orgânicos das classes empresariais se mostraram dinâmicos em estabelecer ligações com empresários, militares e detentores de altos cargos públicos, bem como em mobilizar o público em geral. O IBAD influenciou e penetrou no legislativo e nos governos estaduais, interveio em assuntos eleitorais nacionais e regionais e apoiou alguns sindicatos em particular. Ele ajudou a promover ainda alguns líderes camponeses e sindicais, movimentos estudantis e organizações de pressão dentro das classes médias (DREIFUSS, 1981, p. 102-103).

Já o IPES foi fundado em 1961 e foi muito bem recebido por órgãos de imprensa e por representantes de determinadas frações da igreja católica. Operava com uma ambígua atuação política, e

[...] Aos olhos de simpatizantes e defensores, sua face pública mostrava uma organização de ‘respeitáveis homens de negócio’ e intelectuais [...] que advogavam ‘participação nos acontecimentos políticos e econômicos existentes’ [...] (DREIFUSS, 1981, p. 163).

De acordo com seus membros, o IPES foi fundado para estudar as propostas de João Goulart e a esquerda a partir de uma ótica que seus componentes consideravam liberal, entretanto, se diziam apertadários e eram “[...] orientados por ‘dirigentes de empresas e profissionais liberais que participam com convicção democrática, como patriotas e não como representantes de alguma classe ou interesse privado [...]” (DREIFUSS, 1981, p. 163-164).

No fundo, essas instituições agiam a fim de promover uma verdadeira propaganda político-ideológica liberal, anticomunista e militarista, endossando cada vez mais e de forma mais incisiva um regime militar. O complexo IPES/IBAD travava uma guerra ideológica por meio da imprensa televisiva, jornais e rádio, manipulando a sociedade civil brasileira e recrutando membros para seus quadros. Efetivamente, o complexo IPES/IBAD agia, fazendo oposição ao trabalhismo e a esquerda reformista, como um verdadeiro partido da burguesia interna daquele período (DREIFUSS, 1981).

Após exposto um breve panorama do período que precedeu o golpe militar de 1964 e de como sua articulação aconteceu antes de ser propriamente executado, passamos para uma reflexão de como a UDN esteve vinculada, em maior ou menor grau, as diversas crises políticas-institucionais que ocorreram naquele período que antecedeu a ditadura militar.

Em todas as crises políticas do século passado, a de 1945, as crises da década de 1950 e, logo depois, o golpe de 1964, a UDN manteve uma relação estável com chefes militares, os udenistas chamavam esse apelo ao militarismo de “golpismo legitimado”. Esse apelo ao militarismo remete a mais uma de suas contradições, afinal, se os udenistas se declaravam liberais, como poderiam também ser golpistas? (BENEVIDES, 1981).

A UDN teve um papel importante no golpe militar, o que acabou sendo coeso com a história do partido, sempre que acontecia algo no campo político institucional que a UDN não aceitava, era para o militarismo que o partido recorria, afinal, nas palavras dos próprios udenistas “[...] Nós, da UDN, nunca tiramos os pés do quartel. Atravessamos toda a luta com os pés no quartel, almoçando e jantando com generais, almirantes e brigadeiros [...]” (BENEVIDES, 1981, p. 137, nota 16).

Os udenistas defendiam constantemente uma união entre as forças armadas, sugerindo que somente o militarismo salvaria a democracia, a ordem e a moral. Durante a crise de 1955 a UDN perdeu as eleições e viu falhar essa união que tanto almejava, já que naquele momento houve um rompimento entre as forças militares, de um lado havia uma fração que procurava assegurar as eleições, e de outro, os que questionavam os

resultados, em suma, os legalistas se sobressaíram em relação aos golpistas. Assim como em outros momentos de instabilidade política, em 1955 a UDN havia depositado esperanças na união das forças armadas, pois na visão dos udenistas, vencer as eleições com pequenos aliados era uma possibilidade muito remota, além disso, um dos principais receios dos udenistas era de uma conciliação entre o PTB e o PSD, e já estava definido internamente que caso essa aliança acontecesse a UDN recorreria, como sempre tentava, as forças armadas (BENEVIDES, 1981).

A divisão das Forças Armadas durante e após a crise política de 1955 marcou agudamente a atuação fragmentada dos militares. Durante todo o governo de Juscelino Kubitschek essa cisão das Forças Armadas que disputaram naquele ano foi visível, os udenistas mais exaltados, no entanto, não desistiram de ver os militares unidos, falava-se que era preciso uma tomada de consciência para acontecer tal união, pois divididos não tinham poder. Foi no período de Kubitschek que o anticomunismo ganhou maior expressão dentro das Forças Armadas, o anti-getulismo foi se enfraquecendo e cedendo lugar para o ódio ao comunismo e tudo que pudesse remeter a tal. Foi esse sentimento de anticomunismo, sobretudo, que levou, enfim, a união dos militares e a tomada de consciência que os udenistas falavam, e em 1964 veio o golpe com apoio da UDN e de Carlos Lacerda (BENEVIDES, 1981).

Salvo os fatos apresentados sobre as crises políticas e o apelo da UDN para com os militares nesses momentos, vale ressaltar outros pontos relevantes dessa relação do partido com as Forças Armadas:

- a UDN defendeu o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos [...];
- a associação dos militares com a cúpula da UDN era de tal ordem que em reunião do Diretório Nacional [...] foi sugerida uma convocação dos líderes do partido para examinar as informações enviadas pelo Ministro da Guerra sobre o número e os nomes de oficiais comunistas nas Forças Armadas [...];
- em seu programa em 1957 a UDN advogou a transformação do Conselho Nacional de Segurança em órgão permanente;
- os contatos de parlamentares udenistas com a Escola Superior de Guerra foram intensos, através de ‘conspirações’, conferências, cursos, programas, etc. [...] (BENEVIDES, 1981, p. 142).

Perceptível fica, mais uma vez, a ambiguidade da UDN, um partido que nasceu da luta contra a ditadura estadonovista que propunha a “redemocratização do Brasil” e que tinha, de certa maneira, ideais liberais. Um partido que participou do cenário político dentro da ordem democrática liberal burguesa, disputando eleições e elegendo seus

membros para o senado, câmara e para o governo de estados, coloca-se vinte anos depois de sua fundação como triunfante em uma conspiração por poder que instaurou uma ditadura repressiva e autoritária (BENEVIDES, 1981), que extinguiu partidos e perseguiu politicamente qualquer pessoa que fizesse oposição a ele, inclusive Carlos Lacerda, que esteve envolvido diretamente no movimento que culminou no golpe por acreditar que seria a melhor opção contra o famigerado “fantasma do comunismo” e também uma forma de assegurar a sua candidatura à presidência nas eleições que aconteceriam em 1965, mas com os eventos que se seguiram ele perdeu seus direitos civis a partir da implementação do AI2 e faleceu antes mesmo de ver o fim da ditadura militar em 21 de março de 1977 aos 63 anos.

Tentamos delimitar neste item a particularidade golpista da UDN, elucidando como o partido se relacionava com as forças armadas como nenhum outro partido fazia, relação, que foi forjada desde seus anos iniciais e sua participação na propaganda político-ideológica que levou o país a uma ditadura militar que durou 21 anos.

CAPITULO 3 – A UDN E OS UDENISTAS

3.1-O Manifesto e os Mineiros

O Manifesto dos Mineiros foi um documento muito importante que precedeu a formação UDN, nele é possível encontrar algumas diretrizes que fizeram parte, mais tarde, do programa político do candidato da UDN à presidência em 1946, o brigadeiro Eduardo Gomes. O Manifesto dos Mineiros pode ser tido como uma espécie de início da UDN, neste item, buscaremos demonstrar como esse documento foi determinante na criação da União Democrática Nacional como um partido institucionalizado, mesmo que de forma breve, pois a magnitude do Manifesto dos Mineiros demanda um estudo mais aprofundado, o que não será possível em algumas páginas.

Nomeado inicialmente como “Manifesto ao povo mineiro”, o documento foi proposto no ano de 1943²², período que já demonstrava instabilidade política e indicava o descontentamento de determinados setores sociais e políticos com o Estado Novo. Este foi considerado a primeira manifestação pública de setores ditos liberais contra a ditadura do Estado Novo, até então, a oposição a Getúlio Vargas se concentrava nos setores da esquerda, comunistas, socialistas e anarquistas, estes, fortemente perseguidos e presos, muitas vezes exilados. O conteúdo do Manifesto dos Mineiros era mais voltado para o bacharelismo (que mais tarde seria uma das principais características da UDN) do que efetivamente oposicionista ao Estado Novo, mas sua importância está diretamente ligada ao fato de o documento ter sido o primeiro manifesto coletivo e que foi assinado pelas elites liberais brasileiras (BENEVIDES, 2010).

O regionalismo presente no documento também marcou sua importância, ao se declararem, os liberais que assinaram o manifesto demonstraram, na verdade, preocupação com a possível perda de espaço na política brasileira do estado de Minas Gerais, remetendo as antigas tradições regionais, percebemos também que o Manifesto dos Mineiros seguia uma linha conservadora, pois aludia a velha política federalista brasileira. A perseguição do governo Vargas com signatários do manifesto também marcou sua importância, o governo demitiu ou aposentou compulsoriamente quem fez parte dele, deste modo, o Manifesto dos Mineiros passou a ser, historicamente, uma das peças mais relevantes na derrubada de Getúlio Vargas que pôs fim ao Estado Novo e

²² Mais especificamente no dia 24 de outubro de 1943.

desencadeou a formação da UDN, mesmo que no documento não tivesse uma verdadeira proposta de rompimento com a estrutura do Estado Novo, ao contrário, não constava nenhuma ação concreta para romper com a constituição de 1937 (BENEVIDES, 2010).

Assim como os udenistas reivindicavam a UDN como sendo uma herdeira do liberalismo brasileiro, o Manifesto dos Mineiros também já carregava essa particularidade, seus signatários diziam reverenciar os heróis liberais dos mineiros. O Manifesto também sofreu com a censura do Estado Novo mesmo seu conteúdo sendo considerado brando, e com isso sua impressão e distribuição foi relativamente difícil, coube a seus componentes fazer esse trabalho, o manifesto foi impresso e entregue de mão em mão, não houve uma divulgação ampla e coordenada, algo que vale lembrar é que o texto final foi redigido por um udenista histórico e um dos principais articuladores da UDN, Afonso Arinos (DULCI, 1986).

Com as esquerdas reprimidas e perseguidas pelo regime de Vargas, restou, então, que a luta pela “democracia” fosse protagonizada por outros setores da oposição, com esse cenário posto o Manifesto dos Mineiros começou a ser articulado. A frente que assinou o manifesto e que se uniu contra o Estado Novo, na verdade, representavam frações da burguesia rural descontente com as políticas de Vargas e parte da pequena burguesia que havia ascendido durante o Estado Novo e já não tinha mais interesse na continuidade do regime, isso fez com que o apoio a Getúlio Vargas diminuísse substancialmente, e o que interfere nessa mudança de apoio é que

O Estado Novo proporcionou a institucionalização de um modelo de desenvolvimento industrial no país. Durante a década de 30, observou-se um acentuado declínio da taxa de crescimento da agricultura de exportação, ao passo que a expansão industrial foi extraordinariamente veloz, estimulada pela crise internacional do capitalismo [...] Era o processo de substituição de importações, resultante da crescente carência de suprimentos do exterior [...] (DULCI, 1986, p. 66).

A disputa entre as frações da burguesia e o que isso significou naquele momento para o Brasil será tratado mais a frente, no item 3.4, por enquanto vamos focar no impacto do Manifesto dos Mineiros, porém, essa breve contextualização se faz necessária para um melhor entendimento sobre a totalidade dos eventos aqui analisados. Os signatários do manifesto eram, em sua maioria, bacharéis e intelectuais do estado de Minas Gerais, mas também, personalidades políticas que atuaram no período da República Velha e que

perderam sua posição com os eventos da “Revolução de 1930”, ao todo o documento contou com 92 assinaturas.

Os signatários do Manifesto diziam que as manobras democratizantes de Vargas, já no final do Estado Novo, nada mais era do que uma nova tentativa do presidente de repetir o golpe de 1937, consideraram o documento uma espécie de alerta à sociedade dessa possibilidade, queriam assim, demonstrar como o Manifesto dos Mineiros era a verdadeira “defesa da democracia”, “das liberdades individuais”, tanto que as referências dos signatários, como citado anteriormente, eram figuras liberais clássicas da cena política brasileira, como Teófilo Otoni, não foi à toa que a UDN logo na sua fundação adotou o lenço branco como um de seus principais símbolos²³, o mesmo que Otoni usava para acenar nas ruas simbolizando que na sua trajetória política não era preciso “limpar nada” já que ele não tinha uma história suja e não se corrompia. Sobre o lenço branco, abordamos rapidamente no primeiro capítulo deste trabalho.

A classe trabalhadora não é mencionada no Manifesto dos Mineiros, também não existe nenhuma menção sobre as questões pertinentes a estudantes, por exemplo, claro fica que o conteúdo do documento é pautado em interesses da burguesia mineira, e apesar de existir um certo reconhecimento dos avanços materiais que a industrialização trouxe para diferentes camadas da sociedade brasileira, pois negar isso seria ilógico, no final, o caráter ideológico do Manifesto dos Mineiros resume-se a velha máxima liberal de “liberdade individual” (ou “liberdade democrática”). No quesito repressão, nem de longe os signatários sofreram o mesmo que comunistas e socialistas, em sua maioria, foram demitidos de cargos que ocupavam em empresas estatais ou aposentados compulsoriamente, como já mencionado, no fim, o Manifesto dos Mineiros é, ainda hoje, um importante documento que representa muito bem como o liberalismo aconteceu (e ainda acontece) na particularidade brasileira, uma constante ambiguidade.

3.2 – Disputas internas: diferentes protagonistas de um mesmo partido

Diferentes nomes tiveram destaque dentro da UDN, Carlos Lacerda foi sem dúvida o udenista mais popular, do qual já reservamos uma sessão para debater tanto

²³ Outro símbolo importante da UDN usado como logo pelo partido, que vale a menção era uma tocha acesa e o lema “o preço da liberdade é a eterna vigilância”, frase atribuída ao orador e jurista irlandês do século XVIII John Philpot Curran.

sobre ele como a tendência que surgiu a partir da sua atuação, o lacerdismo, mas existiram outras figuras e outras tendências importantes dentro do partido e nesta sessão tentaremos trazer esse debate. As diferentes tendências udenistas foram fundamentais para a existência do partido e determinaram sua atuação ao longo de sua existência, não vamos nos aprofundar nesse assunto, uma vez que isso demandaria mais tempo e espaço neste trabalho, por hora faremos algo mais descritivo apenas com o intuito de destacar demais personalidades udenistas.

Virgílio de Melo Franco nasceu em 1897, se formou em direito e seguiu na política desde a juventude, foi deputado estadual por Minas Gerais, estado em que nasceu, durante o governo de Washington Luís pelo Partido Republicano Mineiro (PRM), partido que mais tarde ajudou na articulação da Aliança Liberal organização que apoiou Getúlio Vargas em 1930, posteriormente, Virgílio de Melo Franco se juntou aos signatários do “Manifesto dos Mineiros”, desta vez, se opondo a Vargas. A carreira na política se deu principalmente pelo fato de Virgílio ser de uma família de longa trajetória na vida pública, seu avô, Cesário Alvim já havia sido deputado por Minas Gerais e Ministro da Justiça ainda no período do Império (FERRO, 2015).

O irmão de Virgílio, Afonso Arinos de Mello Franco, também foi um udenista de destaque, entrou para a política mais tarde que Virgílio, somente em 1943, quando ajudou na elaboração do Manifesto dos Mineiros, foi fundamental na fundação da UDN e elegeu-se deputado federal por Minas Gerais em 1946, seguiu na política até a década de 1960 quando foi Ministro das Relações Exteriores no governo de Jânio Quadros (FERRO, 2015). Virgílio não teve a mesma carreira que seu irmão, morreu assassinado em 1948, pouco tempo após articular a fundação da UDN, entretanto, deixou um legado político muito importante para o partido.

Outro nome relevante para a UDN foi, sem dúvida, o Brigadeiro Eduardo Gomes, oriundo de uma família abastada, mas que perdeu suas posses quando ainda era criança, tentou ingressar na carreira militar aos 16 anos, mas foi impedido devido a sua idade, tentou mais duas vezes até ser aceito em 1916 aos 20 anos. Eduardo Gomes fez parte do que ficou conhecido como “Os 18 do Forte”, um levante militar que aconteceu em 1922 no Rio de Janeiro contra o então presidente do Brasil Epitácio Pessoa e o vencedor da eleição presidencial daquele ano Arthur Bernardes, no episódio, os militares não aceitaram a vitória de Arthur Bernardes sobre Nilo Peçanha, então candidato apoiado pelas Forças Armadas, o levante foi mal organizado e acabou com vários feridos e pelo

menos uma pessoa morta e apesar de ter sido um desastre o levante serviu de inspiração para o movimento tenentista (DIAS, 2010).

Eduardo Gomes foi o primeiro candidato a presidente da UDN em 1945 e repetiu a candidatura em 1950, seu passado como um dos “18 de Forte” foi frequentemente retomado pelos udenistas, em um tom de heroísmo, perdeu a eleição para o candidato da coligação PSD-PTB, Eurico Dutra em 1945 e para Getúlio Vargas em 1950, mas continuou na política e só encerrou suas atividades pouco tempo depois do golpe militar, em 1967 quando deixou de compor o governo de Castelo Branco.

Outros nomes tiveram destaque ao longo dos anos de existência da UDN, como Otávio Mangabeira e Armando Salles de Oliveira que pensaram na criação da UDN e na redação do Manifesto dos Mineiros quando estavam no exílio ainda no início da década de 1940, José Américo e Prado Kelly que trabalharam na candidatura de Eduardo Gomes e foram os responsáveis pelas decisões em torno deste assunto e também Aliomar Baleeiro secretário-geral da UDN e uma das lideranças da chamada “Banda de Música”. A UDN mantinha diferentes níveis de influência dependendo dos estados, em São Paulo, por exemplo, quase não tinha visibilidade assim como no Rio Grande do sul, já nos estados da Bahia, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte a UDN era profundamente cindida, no Amazonas praticamente não existia, os estados onde exercia mais influência eram Minas Gerais e na Guanabara, no estado do Rio de Janeiro era relativamente secundária (BENEVIDES, 1981).

A UDN também possuía tendências internas, correntes de diferentes posicionamentos políticos, já citamos o lacerdismo no capítulo II uma corrente liderada pelo jornalista Carlos Lacerda de caráter golpista e antidemocrático, achamos importante citar e descrever as demais tendências udenistas as quais também tiveram bastante influência e destaque. A “Banda de Música” foi fundada e liderada por Afonso Arinos, surgiu logo no início das atividades da UDN, era uma tendência marcadamente anti-varguista e fazia oposição também ao PSD, a “Banda de Música” ficou conhecida por essas oposições serem fervorosas, existiam também algumas tendências de menor destaque, mas que vale a citação, é o caso dos “Realistas” composta basicamente por bacharéis ficou mais marcada no governo de Juscelino Kubitschek, essa tendência propunha algumas mudanças no partido e uma aproximação com o eleitorado da classe trabalhadora.

Já a “Bossa Nova” surgiu no início da década de 1960 como um “movimento renovador”, durante o governo de Jânio Quadros seguiu uma linha mais centro-esquerda

e somando-se a “Ala Moça” do PSD, o grupo apoiava as políticas reformistas de João Goulart o que despertou um incômodo muito grande nas demais tendências udenistas, sobretudo nos “Lacerdistas” que acusava a “Bossa Nova” de ser comunista (DELGADO, 2006).

Quando da cassação do registro do PCB, em 1947, importante ressaltar que a UDN cindiu e uma parte apoiou a cassação seguindo a linha do governo Dutra e das demais frentes que apoiaram o cancelamento do registro do Partido Comunista, já outra parte, aqueles udenistas que se consideravam liberais clássicos, foram contra, diziam eles que manter o PCB na legalidade faria com que fosse mais fácil de vigiar os comunistas, já que na ilegalidade o partido teria mais chances de organizar “ações subversivas” sem sofrer consequências legais, fato é que o PCB sofreu perseguições e repressão mesmo na ilegalidade, talvez os udenistas que desejaram vigiar os comunistas “esqueceram” que a burguesia autocrática brasileira sabia muito bem o “perigo” que o PCB representava naquele período e não deixaria os comunistas em paz nem na ilegalidade, ainda mais pelo fato de ter sido o maior partido de esquerda da América Latina. No fim, essa discordância entre os udenistas sobre o PCB só corrobora com a tese das várias UDN’s que tratamos em diferentes momentos deste trabalho.

3.3- A crise de 1954 e a morte de Getúlio Vargas

Após o governo conturbado de Eurico Dutra, com ares de ditadura, o Brasil entrou em uma nova fase da política institucional, até aqui as esquerdas já estavam reprimidas o suficiente para concorrer a qualquer eleição, o PCB estava na ilegalidade e os sindicatos vinham de uma longa jornada de cooptação político-partidária, para recuperar todo o prejuízo que Dutra havia causado com suas políticas liberais e privatistas, a esperança estava no retorno de Getúlio Vargas à presidência, desta vez, pelas vias democráticas burguesas. Nesta parte do trabalho, abordaremos sobre esse retorno de Vargas, sua morte e como a UDN esteve diretamente envolvida na profunda crise política que o Brasil enfrentou pós governo Dutra, sabemos que o corte temporal ultrapassa o que foi estabelecido na hipótese inicial deste trabalho, mas achamos necessário esse breve avanço para contextualizar as ações udenistas golpistas.

O retorno de Getúlio Vargas marcou uma fase importante na história política do Brasil, sua figura exercia um enorme carisma entre a classe trabalhadora brasileira,

importante lembrar do movimento “queremista”, uma articulação política organizada que lutou para que Getúlio concorresse já nas eleições gerais de 1945, mas acabou derrotada, essa derrota se deu grande parte por atuação da UDN que via Vargas como um adversário invencível. Seu retorno em 1951

[...] demarcou uma mudança significativa nas bases do poder, pela qual emergiram como setores-chave nas considerações do Estado a burguesia industrial e a classe operária, classes, aliás, que haviam permitido o retorno do ex-ditador, uma pelo franco apoio financeiro, outra pelo maciço contingente eleitoral. [...] Sua vitória ocorreu em grande parte pela maioria substancial que obteve nos colégios eleitorais mais urbanizados, como São Paulo e o então Distrito Federal (DULCI, 1986, p. 105).

A característica principal do segundo governo Getúlio Vargas foi a tentativa de conciliar duas classes antagônicas, a burguesia industrial e o operariado, mas Vargas não podia ignorar as demais frações de classe, “[...] Assim, cuidava para que setores ligados à terra mantivessem adequado ritmo de expansão, mas já em posição subalterna no jogo de forças econômicas [...]” (DULCI, 1986, p.105). Seu segundo governo ficou marcado, também, pelo seu caráter Nacional-desenvolvimentista²⁴, Getúlio Vargas estava decidido a romper com as políticas privatistas e liberais do governo do seu antecessor, Eurico Dutra, para isso, a intervenção do Estado na economia apareceu forte

[...] Vargas deu considerável impulso à criação de empresas públicas, das quais a mais célebre foi a Petrobrás. A função do aparato produtivo estatal seria a de prover o financiamento interno da acumulação de capital, pela transferência dos aumentos de produtividade daí resultantes ao setor industrial privado [...] (OLIVEIRA, 1977, p.79 apud DULCI, 1986, p.107).

Mais uma série de empresas estatais foram fundadas, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), depois foi a vez do Banco do Nordeste do Brasil e mais tarde a proposta de criação da Eletrobrás, isso, já no fim do seu mandato e pouco antes do suicídio, em 1954. A estratégia de Vargas não rompia definitivamente com o capital estrangeiro, sua postura por muitas vezes se mostrava ambígua, o que se pode afirmar é que ele favorecia o capital nacional (DULCI, 1986, p. 107).

O retorno de Getúlio Vargas despertou reações previsíveis da oposição,

²⁴ O debate sobre o conceito de Nacional-desenvolvimentismo é amplo e por enquanto não o faremos, mas é importante pontuar que Nacional-desenvolvimentismo trata-se de um projeto de desenvolvimento baseado em industrialização, intervenção estatal e nacionalismo.

[...] Os adversários mais irreconciliáveis de Vargas não esperaram pela sua posse para iniciar seus ataques contra o presidente recém-eleito. Pouco depois da contagem dos votos, em outubro de 1950, a UDN, chefiada pelo Deputado Aliomar Baleeiro, tentou impedir a posse de Vargas, argumentando que uma interpretação rígida da Constituição exigia que o candidato vencedor recebesse a maioria absoluta nas eleições presidenciais [...] (SKIDMORE, 1982, p. 134).

A maioria da oposição ao governo se concentrava na UDN, considerando não só que o partido era anti-getulista, mas também porque Vargas conseguiu cindir o PSD, um partido conservador que tendia a se opor as políticas progressistas, e governar com uma base de apoio ampla pessedista. A oposição da UDN seguiu o que já vinha fazendo desde sua fundação, contestar os resultados das urnas e apelar para o militarismo, o partido manteve um tom violento contra Getúlio Vargas e a partir daí os eventos que ocorreram marcaram sem precedentes a história do Brasil.

Getúlio Vargas manteve uma posição estratégica contra a oposição de direita que o recebeu em seu novo mandato, ele pretendia desarticulá-la, mas não só

[...] Acima de tudo, estava decidido a se vingar historicamente, demonstrando a sua vocação “democrática”. Nessa situação, Vargas dispunha de um ativo aparente: uma grande parte da elite política estava pronta a cooperar com a nova era [...] (SKIDMORE, 1982 p.133, grifo do autor).

O cenário político da década de 1950 era outro, as forças políticas haviam se expandido e o apoio dos militares que Vargas teve durante o período do Estado Novo já não existia mais, mesmo assim, Getúlio Vargas tentou reproduzir antigas táticas de governabilidade, e então, assim como fez no período do Estado Novo, ele manobrou para uma conciliação com a oposição mesmo nunca tendo declarado isso publicamente. Nos primeiros anos, em 1951 e 1952, Vargas pretendeu atrair a UDN para o governo com a intenção de fortalecer o apoio da pequena burguesia urbana que crescia e era em sua maioria udenista, mas sua estratégia falhou, o PTB se distanciou de Vargas e o único ministro petebista nomeado renunciou insatisfeito com a aproximação do presidente com a UDN (SKIDMORE, 1982).

No fim, a estratégia de Vargas só fez com que ele perdesse apoio de sua base, gerou contradições como uma oposição vinda por parte do PTB e o PSD começou a se afastar com medo de perder prestígio caso a UDN compusesse o governo uma vez que os

pessedistas não tinham muita simpatia pelos udenistas, o PSD, mesmo sendo um partido conservador, ainda prezava pelo princípio democrático liberal. A tática de Vargas de atrair a oposição nos primeiros anos de seu mandato ruiu, e então, em 1953 ele desistiu de tentar conciliar com os udenistas.

No ano de 1953 a crise em que o Brasil entrou já se manifestava, Getúlio Vargas chegou em 1954 enfraquecido, as forças golpistas da UDN não cessaram ao longo dos anos de governo, a inflação estava elevada por conta do elevado preço do café e os trabalhadores organizados e em greve exigiam aumento salarial, a nomeação de João Goulart para o Ministério do Trabalho despertou desconfiança na classe média e serviu como combustível para as forças anti-varguista, sobretudo a UDN que “[...] concentravam seus ataques sobre Jango, mas seu verdadeiro objetivo era o presidente [...]” (SKIDMORE, 1982, p. 160).

Nesse contexto, Carlos Lacerda já havia conquistado seu espaço na cena política brasileira, seu comportamento destoava um pouco da posição oficial da UDN “[...] de oposição enérgica mas dentro da ordem legal [...]” (DULCI, 1986, p. 122), Lacerda era golpista declarado e sua tática tinha efeito, posto que ele exercia grande influência dentre de determinados setores militares e desfrutava de uma grande popularidade em setores da sociedade civil, principalmente entre a classe média brasileira.

Em 5 de agosto de 1954, Carlos Lacerda sofreu uma tentativa de assassinato que ficou conhecido como “Atentado da Rua Tonelero”, na ocasião o oficial da aeronáutica Rubens Vaz que o acompanhava no momento, foi morto, já Carlos Lacerda saiu apenas com ferimentos leves. O atentado causou grande comoção e intensificou o processo de crise que se arrastava desde os primeiros anos de governo, a Aeronáutica entrou com um pedido de investigação para apurar a morte de um de seus oficiais e ficou concluído que o atentado havia sido cometido a mando do chefe da guarda pessoal de Getúlio Vargas, Gregório Fortunato (DULCI, 1986, p. 122).

O atentado foi um golpe final para a sobrevivência política de Getúlio Vargas e seu governo, militares udenistas como Juarez de Távora e Eduardo Gomes se movimentaram e exigiram que Vargas renunciasse ao poder, mas Getúlio se apegava ao princípio da legalidade constitucional, o presidente resistiu a renúncia até o último momento, no fim, o problema da crise passou a ser “resolvida” na esfera militar, as forças militares se dividiram em uma ala mais moderada que assegurava o mandato de Vargas enquanto outra ala, de oposição, o forçava a renunciar, mas o último movimento que pôs

fim ao mandato de Vargas, foi a posição de seu vice, Café Filho, ele se juntou as forças golpistas e propôs uma “dupla renúncia” (DULCI, 1986, p. 123).

Depois do posicionamento de Café Filho, Vargas aceitou se afastar do cargo, se reuniu com seus ministros na madrugada do dia 24 de agosto de 1954, porém na manhã do mesmo dia Getúlio Vargas pôs fim a sua própria vida uma atitude que surpreendeu profundamente todo o país.

Todo o processo de crise que o Brasil enfrentou nos anos 1950, em menor ou maior grau teve influência de forças golpistas, a maioria representada pela UDN, mesmo que em alguns momentos o partido tenha tentado seguir o mínimo do princípio democrático liberal isso facilmente entrava em contradição com as suas ações, tanto institucionais através de seus membros eleitos para cargos públicos como civilmente, o maior exemplo foi seu esforço de manipulação da opinião pública por meio da imprensa, importante lembrar aqui que a UDN possuía seu próprio veículo de comunicação mesmo que extraoficial, o jornal “Tribuna da Imprensa” chefiado e fundado por Carlos Lacerda, também tinha apoio de outros nomes da imprensa como o jornal “O Estado de São Paulo” que lamentou muito a vitória de Vargas em 1950, mesmo no governo “moderado” de Juscelino Kubitschek as forças reacionárias udenistas não deram trégua, se é possível afirmar algo sobre a UDN é de que sua presença golpista ditou os rumos da política brasileira por boa parte do século XX.

3.4 – A UDN: uma questão de classe

A UDN, enquanto representante da burguesia agrária brasileira, exerceu seu papel muito bem, a falta de projeto político direcionado e organizado, na verdade, representa o que o partido pretendia para o Brasil, o fato de não ter o seu projeto bem definido já se configura como um, basta lembrar de como se inicia o processo de surgimento da burguesia na particularidade brasileira, uma nobreza que se aburguesa e se estabelece no campo, institucionalizando o Estado a seu favor e boicotando qualquer projeto de cunho popular sem efetivamente propor um para o país.

Decerto, os udenistas eram representantes da fração rural da burguesia brasileira e o projeto político, ou melhor, a falta de projeto político do partido, estava diretamente relacionado aos interesses desta fração burguesa. Os udenistas geralmente eram figuras oriundas da burguesia rural, que a literatura costuma nomear como oligarcas ou filhos das oligarquias. Os antecedentes políticos e sociais da UDN remetem diretamente a essa

fração burguesa, o próprio Manifesto dos Mineiros foi um documento com ares saudosistas da República Velha, período em que quem dominava o cenário político institucional, eram os grandes produtores de café. Não podemos esquecer também que a própria burguesia industrial dependia da fração rural, pelo menos no início de sua existência, tendo em vista que

“[...] a burguesia comercial constituía uma camada social dedicada ao comércio exportador e, portanto, ligada funcionalmente à estrutura essencialmente agrícola do país. A burguesia industrial também surge, não em conflito com a classe agrária, como no padrão europeu, mas em caráter associativo com esta. Não se trata de um processo de expropriação da propriedade rural, mas de expropriação do excedente que se forma e é canalizado para a indústria [...]” (DULCI, 1986, p. 51).

Com o processo que se seguiu pós “Revolução de 1930” o que se viu foi uma perda de protagonismo da burguesia rural em detrimento da fração industrial, tanto que o retorno de Getúlio Vargas em 1951 desencadeou uma crise institucional e política profunda que culminou em seu suicídio em 1954, protagonizada principalmente pela UDN e pelos udenistas, esse retorno representava mais uma vez a ascensão da fração industrial.

E o que seriam as frações de classe? Segundo Nicos Poulantzas, as classes seriam divididas em frações e essas frações disputam entre si por hegemonia, essa disputa alçaria a fração “vencedora” ao bloco no poder, que no que lhe concerne, trata-se de uma configuração da fração de classe que detém o poder político e controla os aparelhos do Estado, é uma aliança de forças que se altera conforme mudam as frações de classe que possuem a hegemonia do poder político. Esse bloco no poder é composto por diversas frações de classe em constante disputa, mas dentro do capitalismo é a burguesia em sua totalidade que o compõe e consequentemente tem a hegemonia (POULANTZAS, 2019).

No caso específico do Estado Novo, o bloco no poder se constituía pela fração industrial e desenvolvimentista da burguesia interna, com o fim do Estado Novo e a destituição de Vargas, a fração de classe que passou a compor o bloco no poder foi a burguesia agrária, uma burguesia retrógrada e neoliberal que foi se tornando a classe hegemônica e deslocando a burguesia interna industrial e desenvolvimentista para coadjuvante do processo político.

A UDN, sustentada por essa fração de classe e com poder para mobilizar parte da pequena burguesia se formou como uma frente política neoliberal, conservadora e por

muitas vezes golpista, com representantes na fração denominada burguesia associada (que pretende a acumulação de capital combinado e associado ao imperialismo estadunidense), o partido articulou externamente com o capital financeiro e a partir disso, então, se formou como uma frente contrária a chamada frente desenvolvimentista.

É inegável que a UDN ocupa uma importante posição na história política brasileira, desde a sua fundação sempre esteve presente nos eventos mais importantes que aconteceram no século passado, e apesar de ter sido um partido relativamente mediano, em comparação com o PSD e PTB, por exemplo, a força ideológica que exercia na sociedade sempre foi expressiva, a ponto de transcender o partido e se tornar uma ideia que atravessaria os tempos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou analisar a atuação da UDN no período da “redemocratização”, o fim do Estado Novo, especificamente entre os anos de 1945 a 1950. Intentamos demonstrar como o partido, que nasceu de uma frente ampla contra a ditadura estadonovista, foi rapidamente mudando de posicionamento e passou a fazer parte de uma ala golpista da política brasileira. Melhor, buscamos compreender como a UDN como um partido de representação burguesa difundia um liberalismo ambíguo e eclético e por muitas vezes recorria ao golpismo para manter os interesses da classe que representava.

A atuação da UDN e seu entendimento sobre liberalismo abriu um campo riquíssimo de estudos sobre este assunto para as Ciências Sociais e História. O debate sobre uma tradição liberal brasileira que discutimos no primeiro capítulo contribuiu para um aprofundamento sobre como esse ideal ganha uma forma particular no Brasil e se reproduz de maneira singular.

O debate crítico sobre a atuação da UDN ainda é bem pequeno, existem estudos recentes como teses de doutorado e dissertações, porém, esse tema ainda carece de muito estudo e pesquisa, como dito logo no início deste trabalho. Apoiada em grande parte na figura de Carlos Lacerda, a UDN teve um papel importante no cenário político do século XX, e mesmo que não tenha chegado a presidência da república diretamente, elegendo seu próprio candidato, o partido conseguiu influenciar de maneira direta, ao menos três governos, o de Eurico Dutra, Café Filho e Jânio Quadros, este último foi eleito com apoio direto da UDN, fato que fez com que o partido o considerasse um candidato udenista, mesmo Jânio Quadros sendo filiado ao Partido Trabalhista Nacional, o PTN.

A agenda tecnocrática, moralista, o discurso anticorrupção do partido, sua agenda economicamente liberal e o apelo ao combate a corrupção foram tão efetivos e difundidos durante sua existência que o termo udenismo transcendeu o partido e tornou-se um conceito, um exemplo disso é que mesmo com o golpe de 1964 e o fim dos partidos, a agenda da UDN esteve em pauta, principalmente nas reformas excludentes que a ditadura fez, não só pela íntima relação da UDN com o militarismo em sua trajetória, mas também pelo caráter udenista do golpe de militar.

Escrever sobre um partido, sobretudo um partido da ordem burguesa, é escrever sobre um grupo social, uma classe que ele representa, a UDN já existia antes mesmo de existir de fato, visto que

“[...] A história da UDN é, na verdade, a história de um grupo restrito, de uma elite que se queria elite, quer pelas origens sociais ou pelos interesses econômicos, quer pela linha política [...] ou, ainda, pela autoimagem de excelência [...] (BENEVIDES, 1981, p. 277).

A UDN foi uma verdadeira representante de tudo aquilo que já existia na formação histórica e social do Brasil, os grupos que antecederam a sua criação, cansados com o Estado Novo e do nacionalismo de Getúlio Vargas, orquestraram o golpe que pôs fim a ditadura estadonovista e deu início a uma nova fase na história política brasileira, protagonizada por partidos conservadores e de forte tendência entreguista e privatista, isso deixou claro o caráter antipopular e regressivo da burguesia brasileira, tentamos abordar sobre essa gênese da UDN no primeiro capítulo, mostrando que mesmo o liberalismo, ideologia da burguesia, no Brasil ganha uma forma particular cuja principal característica seria o conservadorismo.

Talvez a principal particularidade udenista, que diferenciava a UDN dos demais partidos, fosse, antes de tudo, o anticomunismo e o anti-getulismo, o PSD, por exemplo, mantinha uma linha mais isenta, simultaneamente defendia privatizações e intervenção estatal, discursava a favor do capital estrangeiro e era em determinados momentos era progressista, o PTB disputava o eleitorado com o PCB, este último, cassado e posto na ilegalidade em 1947.

O partido soube manter seu espaço no cenário político do pós-Estado Novo, a lógica udenista ambígua conquistou sua esfera ao associar a moral com a coisa pública, seu eleitorado, especialmente a classe média, logo se identificou com essas características. O golpismo sempre caminhou ao lado do liberalismo quando se tratava da UDN, era o partido que contestava resultados de eleições democráticas por que “o povo vota errado” e mesmo quando acontecia certas divergências entre as tendências, nunca houve um combate efetivo ao caráter golpista udenista, perceptível fica sua inclinação elitista e bacharelesca, consideravam o povo subversivo e incapaz de participar dos processos eleitorais.

Apesar de a UDN não existir mais enquanto uma sigla partidária, o udenismo ainda persiste na política brasileira, nos últimos anos presenciamos um golpe de Estado

que destituiu a primeira mulher eleita presidente do Brasil, Dilma Rousseff, vimos a cruzada anticorrupção da operação Lava-jato e sua consolidação, como consequência, ajudou a emergir uma ideologia anticomunista, que associa a moral com a coisa pública, privatista, e autocrática, o bolsonarismo, e não por coincidência, contesta resultados eleitorais que não concorda. A UDN está extinta desde o Ato Institucional número 2, promulgado em 1965, mas o udenismo ainda persiste e insiste em definir a política brasileira dos tempos atuais.

Este trabalho buscou entender e analisar a UDN e o udenismo, temos a consciência de que este texto deixa lacunas conceituais por se tratar de um trabalho de nível de graduação, uma pesquisa inicial, contudo, pretendemos aprofundar este estudo na pós-graduação.

REFERÊNCIAS

- BENEVIDES, Maria Victória. **A UDN e o Udenismo**: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 51).
- BOCCHI, Olsen Henrique. **Conservadorismo Liberal**: um roteiro sobre os rumos do Conservadorismo no Brasil. São Paulo: Dialética, 2021.
- CARVALHO, Marcus. de. Os nomes da revolução: lideranças populares na insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 209-238, jan. 2003.
- CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. **O liberalismo entre o espírito e a espada**: a UDN e a República de 1946. 2015. 311 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. Liberalismo e nacionalismo no Brasil (1947-1953): notas sobre a UDN e a Campanha do Petróleo. *In*: ENCONTRO DA ABCP, 8., 2012, Gramado. **Anais [...]**. Gramado: UFRGS, 2012.
- CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. O moderno no liberalismo brasileiro: o dualismo udenista. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 34., 2010, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: ANPOCS, 2010.
- CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. Os resquícios de 1946: populismo e udenismo no debate brasileiro contemporâneo. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38., 2014, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: ANPOCS, 2014.
- CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. **Ruptura e permanência**: as tendências antiliberais do udenismo. Orientadora: Gisele Guimarães Cittadino. 2009. 120 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- DEAECTO, Marisa Midori. **História de um Livro**: A Democracia na França, de François Guizot (1848-1849). Cotia: Ateliê Editorial, 2021.
- DELGADO, Lucília De Almeida Neves. **PTB**: Do Getulismo ao Reformismo (1945-1964). São Paulo: Marco Zero, 1989.
- DELGADO, Marcio de Paiva. **O “golpismo democrático”**: Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964). 2006. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.
- DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE, Regina Horta. Tempo, política e transformação: Teófilo Otoni e seu lenço branco. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 101-110, jun. 2002. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2002.1.23789>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/23789>. Acesso em: 20 abr. 2022.

DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1986.

FERRO, Flávia Salles. **Vírgilio de Mello Franco: trajetória política em contexto de mudanças (1929-1948)**. 2015. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

GOMES, Eduardo. In: DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gomes-eduardo>. Acesso em: 13 jan. 2023

GRANATO, Natália Cristina. O Partido Democrático Nacional de 1927 a 1929: Um estudo dos capitais familiares e políticos dos seus dirigentes. In **revista Albuquerque**, vol.12, n.24, jul.-dez. de 2020.

HIPPÓLITO, Lucia. **De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOBSBAWM, Eric. Guerra Fria. In: HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Trad. Marco Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IORIS, Rafael. As metamorfoses do udenismo. **A terra é redonda**. Brasil, 3 dez. 2021. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/as-metamorfoses-do-udenismo/?utm_term=2021-12-03&doing_wp_cron=1638638353.8845269680023193359375. Acesso em: 3 jan. 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUCA, Tania Regina de. **Práticas de pesquisa em história**. São Paulo: Contexto, 2020.

MANIFESTO dos Mineiros. In: DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/manifeto-dos-mineiros>. Acesso em: 12 jan. 2023.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil**. Marília: Boitempo, 1999.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. **O demolidor de presidentes**. A trajetória política de Carlos Lacerda: 1930-1968. 2. ed. São Paulo: Codex, 2002.

PICALUGA, Isabel. **Partidos Políticos e Classes Sociais: a UDN na Guanabara**. Petrópolis: Vozes, 1980.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Trad. Maria Leonor F. R. Loureiro. Campinas: Ed. da Unicamp, 2019.

PRADO, Ricardo. O que é a UDN, partido que foi de Carlos Lacerda e pode ser a casa dos Bolsonaro. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 fev. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/o-que-e-a-udn-partido-que-foi-de-carlos-lacerda-e-pode-ser-a-casa-dos-bolsonaro-318tked9k2grotqq6faugrlyh/>. Acesso em: 18 abr. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: método e técnicas da pesquisa do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RICUPERO, Bernardo. Da formação à forma: ainda como "ideias fora do lugar". **Lua Nova**, São Paulo, n. 73, p. 59-69, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452008000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 abr. 2022.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

ROIO, Marcos Del. Resenha de: MAZZEO, Antônio Carlos. Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa. São Paulo: Cortez Editora, 1997, 144 p. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, n. 7, p. 142-145, 1998.

SILVA, Luiz Geraldo Santos da; FELDMAN, Ariel. Revisitando o passado em tempos de crise: federalismo e memória no período regencial (1831-1840). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 143-163, jul./dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2010000200143&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/2237-101X011021008>

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.